

*sas, pertenciam ao seu Real Fisco, pelo contracto ajustado. O segundo tomo abre com o Memorial a favor da gente da nação hebreá sobre o recurso que intentava ter em Roma feito pelo padre Antonio Vieira, e exposto ao serenissimo senhor principe D. Pedro Regente d'este Reino de Portugal; vêm depois as Razões apontadas a el-rei D. João IV a favor dos christãos novos, para se lhes haver de perdoar a confiscação de seus bens, que entrassem no commercio d'este reino; a seguir, a Proposta feita a el-rei D. João IV em que se lhe representava o miseravel estado do reino, e a necessidade que tinha de admittir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa. Pelo padre Antonio Vieira. Adeante, a Proposta que se fez ao Serenissimo Rei D. João IV a favor da gente da nação, pelo padre Antonio Vieira sobre a mudança dos estylos do Santo Officio e do Fisco em 1645; finalmente, o Papel que fez o padre Antonio Vieira, estando em Roma, a favor dos christãos novos, no tempo em que o principe regente D. Pedro, tinha mandado publicar uma lei de varios castigos contra elles, movido do roubo que se fez ao sacramento da parochia de Odivellas, o qual papel se deu ao principe, sem nome em 1671. No tomo terceiro, ha o Memorial proclamatorio ao Summo Pontifice Innocencio XI a favor da gente de nação, na occasião em que conseguiram breve para se avocarem a Roma certos processos do Santo Officio que se duvidavam remetter; o mesmo tomo III fecha com a Carta a um religioso portuguez, a qual dimana de*

que, «discorrendo os dias passados em diversas materias», vieram os dois «a fallar nas queixas que ha do rigor com que se procede nas inquisições de Portugal contra a gente que chamam de nação.»

Estas leituras contristam, como o espectaculo desesperador da demonstração esteril da evidencia e como o exemplo do esforço util, não só inaproveitado mas hostilizado até.

Quando Pombal arcou com o jesuitismo, não se sentiu com forças para, de vez e a valer, bater-se contra a Inquisição; teve de contemporisar com os preconceitos populares e houve de lisonjear as vis paixões do intolerantismo fanatico da massa, censurando, pois, os jesuitas por se atreverem com o Santo Officio. Assim, sirva de prova a Divisão decima-terceira da Parte primeira da *Deducção chronologica e analytica*, «em que se contém o Compendio do que passou n'este Reyno com os ditos Regulares, desde o principio da Regencia do Senhor Rey D. Pedro II, até o fim do seu Reynado em nove de Dezembro de mil setecentes e seis». Ahi se ataca asperamente, pelos accordos com a gente de nação, o jesuita padre Manoel Fernandes, a quem dava conta de tudo o que obrava o agente Francisco de Azevedo, tendo os mesmos Regulares «toda a força do cabedal dos hebreus». Bem como ahi se açoita o outro jesuita, o *formidavel* padre Antonio Vieira, *acerrimo promotor do referido Negocio*, o *turbulento e façanhoso* Antonio Vieira, condemnado devidamente pelo Santo Officio da Inquisição de Coimbra. Mercê de seus enredos e dos de seus confrades e correligionarios, andava tudo em desor-

dem em Portugal. « Assim fizerão os ditos Regulares accender nestes Reynas não só mais huma nova revolução, e discordia domestica, na qual por huma parte se acharão os ditos *jesuitas* abusando da authoridade Regia, e das palavras, e escritos em Nome do Senhor Rey D. Pedro, para o empenharem a favor dos Christãos Novos; e pela outra parte o Conselho Geral, e todas as Inquições deste Reino, muitos Prelados d'elle, e a parte mais sã do Congresso das Cortes. »

O pseudo-Joseph de Seabra da Sylva, da *Deducção chronologica, e analytica*, poderia acrescentar, se o povo contasse no absolutismo monarchico pombalino: *e a parte mais sã do povo*. A parte? Onde palpitava a unanimidade do sentir?! Todo o povo, á uma, unido, fiel e revoltado... contra os jesuitas, por escudo serem e a guarida de christãos-novos se prestarem.

Eis um momento quasi que inteiramente desconhecido de nossa nova historia moral. E todavia é elle do mais vivo e latejante interesse. Em um inedito, recentemente publicado, se deparam os traços pelos quaes possivel seja reconstruir a crise psychologica, de tom religioso, que atravessou o sentimentalismo lusitano ao romper, hesitante e contradictorio, do arrebol da verdadeira sociabilidade politica moderna.

O inedito é o mui curioso « diario de factos mais interessantes que succederam no reino de 1662 a 1680, até hoje attribuido infundadamente ao beneditino fr. Alexandre da Paixão ». Intitulado *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, em Lisboa, desde

1888, está «divulgado por J. A. da Graça Barreto», da typographia da viuva Souza Neves, editora.

Ora, ao de 1673, «desgraçado quiserão faser este anno alguns Christãos novos de crença, Judeus de sinal: alguns quiserão diser que enviados de Roma, a persuasões do Padre Antonio Vieira, outros que resolvidos pela opinião de uns fundamentos, porém o certo he, que trasidos da negociação de quem pretendia tirar dos carceres sem sentença a muitos homens de nação, e *grosso contracto*, que nelles estão presos. Vinhão a propôr a S. A. conveniencias grandes para o obrigarem a que não impedisse hum perdão geral, que Sua Sanctidade queria conceder a todos os que tivessem incorrido em crime de heresia nos Reinos de Portugal, e para facilitarem o menos, intentárão o mais, que foi prometterem quatro milhões, e no mar trarião seis galeões com gente portuguesa paga, se aos professores da Lei Moysaica dêsse licença para viverem em Lisboa em Synagoga, para o que escolhião o bairro de Villa Gallega, que fica por detrás de Sancta Clara.»

«Entrou o mes de Julho, e toda a occupação de Palacio era dispor e ordenar a jornada de toda a Casa Real para as Caldas, para onde partirão Suas Altesas com a menina Princesa e os officiaes da Casa. Rompeo-se ou por noticia, ou por sospeita, que deixava S. A. assignado o perdão geral para os Christãos novos, e a licença para que os Judeus podessem levantar Synagoga na forma pedida, e para que de tudo alcançassem de Roma permissão. Foi tal o sentimento em

todos os fieis, que romperão em publicas demonstra-  
ções, não só zelosas, mas atrevidas, enchendo-se os  
publicos de Lisboa de pasquins assim indecorosos,  
como resolutos.»

«Desaforava-se a liberdade, o zelo passava a ser  
abuso, e o atrevimento escandalo. Os pasquins erão  
sem numero, e muitos sem forma, nem juizo. Cria-se  
a suspeita com o texto, e se julgava no tribunal do  
odio e da vingança o merecimento da sentença. *Os  
Padres da Companhia ou por empenhados, ou por  
entromettidos, erão os que mais accusava a queixa;  
por onde passavão, ourião, e temerosos de alguma  
descomposição, se retiravão dos publicos; e davão elles  
a causa com defenderem que S. A. observa bem em  
admittir as pretenções. . . . .*; cria o povo que era nelles  
mais adulação que proprio sentimento; apparecião os  
pretendentes com pareceres em seu favor, e disião  
serem feitos *pelos sobredictos Padres*, ou pelos aucto-  
risarem, ou por nos convencerem: publicamente se  
murmurava do Governo com geral fastio.»

Mas, repudiando a direcção que os jesuitas indi-  
gitavam, o governo reconquistaria sympathias uni-  
versaes.

Foi em 1679. «O que de presente teve arriscada  
a Côrte de Lisboa a hum motim contra os Christãos  
novos, ou homens de nação, foi chegar ao Nnncio hum  
breve de Sua Sanctidade, pelo qual lhe ordenava se  
lhe remetessem cinco processos (nomeados os origi-  
naes) de cinco judeus, já condemnados ha annos, e  
que, não os querendo entregar o Tribunal dentro em

quinze dias, declarasse aos Inquisidores por excomungados; demanda que em Sua Sanctidade anda ha muitos tempos: fez S. A. Conselho de Estado dos melhores Theologos e Canonistas da Côrte: nelle se resolveo que se não consentisse semelhante entrega. Mandou chamar ao Inquisidor Geral, e lhe mandou que taes processos não entregasse, aliás que o haveria por desnaturalizado de seus Reinos; e ao Nuncio mandou dizer que da sua parte avisasse a Sua Sanctidade de que poderia extinguir a Inquisição nestes Reinos, mas alterá-la em cousa alguma da forma em que foi concedida o não havia de consentir, e que se até o S. João não dêsse a ultima resolução nesta materia, mandaria sahir seu Embaixador da Curia, e ao Nuncio não guardaria os foros de Embaixador que lhe guardava; e estaria em seus Reinos com o respeito só de Ministro de Sua Sanctidade.»

«Na noite seguinte se pôs nas portas de Sancto Officio hum descomposto pasquim, que é o seguinte, e disem que pela manhã o tirou o Inquisidor geral, e o levou a S. A.:

«Quem quiser ser Judeu, herege, somitico, e casar tres veses, vá falar com o Padre Manoel Fernandes, confessor de S. A., e com Manoel da Gama de Padua, e Pedralvares Caldas, que tem Bullas do Padre Quental para tudo.»

Sem embargo de tam intransigente virtude catholica, os negocios publicos no paiz não corriam bem; e, dissipado o fervor brigantino, as esperanças volviam para o primitivo, verdadeiro Encoberto.

Em 1669, « *os Sebastianistas* resuscitarão nas esperanças, vendo o Pontifice morto, o Reino sem Bispos, o Governo sem leme, o Reino sem Rei, os povos com guerra, que lhe querem fazer os naturaes, a Princesa impossibilitada para conceber por achaque habitual que lhe procedeo do parto (outros querem que seja castigo merecido pelo casamento); e parece que tem desculpa sua esperança, se a não condemnara a individuação da pessoa. Para Deos melhorar o estado das cousas. razão tem a esperança que se funda na maior ruina dellas, porque he estimulo para sua bondade acudir com o remedio, chegando as cousas a maior necessidade; mas cortarem-lhe o infinito de seu poder, a que forçosamente se aproveite deste ou daquelle instrumento, para obrar, he ignorancia; hum Senhor, que dá ser a todos os homens, não necessita de um homem para melhorar huma Monarchia, e he loucura barbara querer a humana esperança dar modo á divina Providencia: erro que em os de Bethulia condemnou asperamente Judith, e que nos de Portugal pode extranhar todo o fiel. Resuscitou com estas esperanças a lembrança del-Rei, tão morto para memoria dos homens, como que se estivera no sepulchro ha muitos seculos. Facilmente esquece de todo quem não he visto de nenhum: assim o entendeo quem na fortaleza da Ilha o sepultou, mettido em hum aposento, donde só vive para o sepulchro, que lhe não tira o ser a larguesa do aposento, cercando-o quatro paredes, donde não podia sahir; que se a vida o livrá da corrupção, o corpo não está fóra da sepultura, pois

os que lhe assistem he com tanto aperto, que mais o enterrão, de que o prendem; e não havendo quem o ouça, nem quem o veja, fóra dos guardas (aos quaes he inviolavel preceito o segredo), não sei por donde os *Sebastianistas* podião saber que el Rei D. Affonso não descansa, de dia, e noite, de clamar *por el Rei D. Sebastião* seu tio, que acabe de chegar a dar-lhe sua liberdade, e seu Reino.»

No immediato 1670, «tardava a nova da eleição do Pontifice, não para os que o entendião, senão para os que assim o desejavão; querião que a eleição se dilatasse, e a causa fosse haver divisão no Conclave, para fundarem as esperanças em alguma apparencia. Achão em seus cartapacios, que não havendo Bispos, e havendo scisma na Egreja virá *el-Rei D. Sebastião*, e á força querem que seja, opinião que não tem nenhuma força. O espelho mais enganoso he o desejo dos homens, nelles se representão as cousas, não como devem ser, senão como elles querem que sejam. Terrivel mal he esperar o incerto, e peor doença viver amarrado á esperanza de hum impossivel, porque esta com o mesmo tempo que desengana se augmenta, e aquelle acha fim nos desenganos do tempo. Tumultuosamente em corrilhos se praticava esta materia, com que os apaixonados desabafavão, e os advertidos padecião; facilmente se foi apagando o fogo, que o desta opinião não he como o de Prometheo, que lhe animou, e deo vida ao corpo de hum homem, senão convertido em terra, composto de terra.»

much  
curioso





## V

### MYTHO

Estes motejos do jornalista anonymo do meado do seculo xvii e congeneres graçolas endereçadas á mania mansa dos sebastianistas mostram-nos o quanto é chimerica a theoria historica de Oliveira Martins, que pretendeu, paradoxalmente, erigir o sebastianismo á altura da idiosyncrasia moral da gente portugueza, quando, depois da epocha naturalmente compativel com a possibilidade da humana existencia do rei D. Sebastião, dentro dos limites normaes da media da vitalidade, o sebastianismo foi sempre aberrante maluquice, peculiar de escassa data de alienados pacificos, como taes julgados pelos seus contemporaneos e por seus conterraneos como taes tidos.

E' de presumir (e assim aconteceu) que sempre que as calamidades publicas excitavam os espiritos, este phenomeno de vesania collectiva se exacerbasse,

✓  
N.B.  
diffundindo-se. Manifestar-se-hia tal qual especie do enfebrecimento que se tem observado nas cidades sitiadas; é o que os especialistas denominam por loucura obsidional. O physiologista J.-V. Laborde interpretou, assim, á luz da psychologia morbida os actos finaes da Communa de Paris; e, na nossa degenerescencia sebastianista, sempre que os negocios publicos melhoram e a prosperidade economica se accentua, a tineta sebastianica esbate e os apodos sarcasticos rebentam contra a fidelidade lôrpa dos ultimos abencerrages do Encoberto.

N.  
Em a quadra das remessas das minas do Brazil, na voluptuosidade opulenta e bêsta do reinado de D. João v, as chufas, em troça ao velho sebastianismo, inspiram a musa chocarreira de Thomaz Pinto Brandão; mas parallelamente, quando a invasão franceza excita os terrores e move as vinganças, novamente o ardor primeiro se reaccende e os jarretas vão para o Alto de Santa Catharina ver navios, esperançados em que entre emfim no rio a nau encantada a cujo bordo, emergindo do nevoeiro, vem o Lohengrin vingador da justiça aggravada de um povo todo. Então, em 1808, apparece a *Carta em resposta de certo amigo*. Ahi Pedro José de Figueiredo, o certo amigo da cidade de Lisboa, a outro da villa de Santarem, lança os fundamentos sobre a verdade ou incerteza da morte d'el-rei D. Sebastião, xvi rei de Portugal, que succumbiria na batalha de Alcacerquibir em Africa. Ahi accumula paginas e paginas de historiadores, nacionaes e estrangeiros, para assentar, por sem duvida, como legi-

tima conclusão de tudo quanto laboriosamente havia demonstrado, que aquelle monarcha innegavelmente fôra morto na batalha perdida. Nem servisse de obstaculo, para aquillo se acreditar, o epitaphio que se lê em seu mausoleu na egreja de Belem, que tanta bulha tinha feito ao seu correspondente e que era, na verdade, o «impenetravel escudo dos Sebastianistas»:

Conditur hoc tumulo, *si vera est fama*, Sebastus,  
 Quem tulit in Lybicus mors properata plagis.  
 Nic dicas falli Regem qui vivere credit,  
 Pro lege extincto mors quasi vita fuit.

A mysteriosa clausula *Si vera est fama*, o critico pondera que o auctor do epitaphio a quiz imitar ou tirou de Virgilio, da 4.<sup>a</sup> Georgica; porém os sebastianistas ferrenhos, todos se inflammavam contra esta explicação simplista. Seus adversarios, na polemica sebastica do começo do seculo XIX, não lhes pouparam os remoques, e a moderna liberdade do espirito começa ahi a transparecer. Assim, o opusculo *Anti-sebastianismo ou antidoto contra varios abusos* (Lisboa, 1809) traz aquella attestação de uns religiosos de Santo Antonio dos Capuchos, que se topara no cartorio do referido convento da dita cidade de Lisboa; criava-a de sarcasmos. E depois recriminadamente o escriptor reflecte por este theor: «Quando via esta Certidão assignada pelos dois Padres... dizia comigo, se seria esta Ilha a que D. Quixote descobrio quando pertendia a formosa Dulcinea, de cuja Ilha fez Governador a Sancho Pança; porém não deve de ser, tor-

nava eu, porque aquella chamava-se a Ilha dos Lagartos, e desta não sabemos que nome tenha, pois nem os Religiosos, nem os moradores da Ilha da Madeira o sabem.» Por ultimo, toma o partido de se deixar de encantos, *porque já lá vai o tempo de crer n'isso*, e, para se tirar de duvidas, passa ao convento marcado; ahi um padre, a quem por tal inquire, põe-se a *rir como um perdido*; objecta-lhe que os padres se deviam oppôr áquellas cousas; «mas elle me tornou: isso faz-se só para rir, pelo que consentimos, que se divirtão; porque nenhum homem de juizo ha-de dar credito a semelhantes petas. Considere o Leitor como eu ficaria ao ouvir isto, e lêr por duas vezes: — Juramos *in verbo Sacerdotis*. . .»

Emfim, em 1810, o virulento José Agostinho de Macedo, na arrebatção, mais ou menos encomendada, do seu pedantismo de eschola, annunciava que em seu tratado especial deixaria provadas, *com a ultima evidencia*, estas quatro proposições: «I. Hum Sebastianista he um máo Christão. II. Hum Sebastianista he um máo Vassallo. III. Hum Sebastianista he um máo Cidadão. IV. Hum Sebastianista he o maior de todos os tolos.»

Era ultrapassar a medida. Por isso, aquelles que offendidos estavam das invejas anteriores do atrabiliario libellista, de Londres lhe rebatiam o prego. Era *O feitiço voltado contra o feiticeiro*, «ou o autor do Folheto intitulado os *Sebastianistas* convencido de máo Christão, máo Vassallo, máo Cidadão, e o maior de todos os Tolos, Besta muar, etc., etc., etc.»

Não podia o simples bom-senso, comesinho e terreno, entender como, na decadencia manifesta do poderio politico portuguez, houvesse orates que imaginassem o transformar-se, subita e miraculosamente, a abatida monarchia lusitana em florente imperio universal; mas, apezar de tudo, esse contraste constitue regra nas surpresas da psychologia das multidões. Em nossos dias assistimos a uma nova manifestação d'essa revolta collectiva contra a violencia do destino; e a França do seculo XIX reproduziu, a seu favôr, as velhas prophecias em que se fundavam os sebastianistas portuguezes no seculo XVII. É curiosa esta comprovação de demopsychologia. Foi após a tremenda crise da guerra prussiana, votada já a paz de Bordeus e já constituido o imperio allemão. Pois é quando as grandes esperanças francezas, do typo allucinatorio, precisamente surgem.

Por uma typica coincidencia, á França viera em brinde tambem uma creança privilegiada do destino: Henrique Carlos Fernando Maria Deusdado d'Artois, duque de Bordeus, conde de Chambord, chefe do ramo mais velho dos Bourbons, nascido, a 29 de Setembro de 1820, em Paris, filho do duque de Berri, que Louvel assassinara a 14 de Fevereiro do mesmo anno, e de Carolina, princeza das Duas-Sicilias, sua esposa. Baptisado o menino em grande pompa com agua do Jordão, trazida da Terra-Santa por Chateaubriand, de *Enfant du Miracle*, consoante a Dom Sebastião, o denominaram.

Seria Henrique V, o Grande Monarcha, o Restau-

rador do Throno e das Glorias da França. Elle e 80 annos de revoluções haviam sido annunciados e julgados pelas prophcias. E Albert de Bec (em Lyon, em 1871) encerrava quente opusculo clamando furibundo: « Oh principe, vós sois digno da nobre tarefa que vos vai confiar o céu. Para que ao vosso reinado o possais estabelecer na justiça, Deus vos prepara, pelos nossos dilaceramentos revolucionarios, um mundo novo, e o *Senhor só elle vos ha-de trazer* por um golpe de sua dextra, mau grado as intrigas do mal e os desfalecimentos da circumspecção humana, sobre o throno de S. Luiz. Quando a Carlos x, trocando a sua corôa pelas dôres do exilio, foi dita aquella palavra: « Guardai bem esse menino, elle será a salvação da França! », moço proscripto de dez annos, não cuidaveis vós, n'esse dia de lucto e de lagrimas, que o Senhor vos tirava de em meio de Babylonia como aquelles homens inspirados que elle enviava outr'ora ao deserto afim de se prepararem para uma missão sublime. Terieis caminhado na via das revoluções se não fôsse esse maravilhoso appello, que vos reservou na solidão e nas meditações fecundas para reinardes um dia segundo o Evangelho. No fito de roburar vosso throno vacillante, quem poderá dizer que não empregasseis jámais, como Luiz xvi, os expedientes dos economistas, ou não sacrificasseis, como Luiz xviii, ás idéas philosophicas, ou não cedesseis, como Carlos x, á pressão dos liberaes? Demasiado grande e demasiado elevada é vossa missão para que d'ella possais jámais derogar. Porque vós sois o filho do milagre *que deu a estirpe d'Artois,*

e que deve reinar em França com honra e sizudez; vós sois o *grande Monarcha* d'Holzhauser, o *Soccorro de Deus*, que trabalhareis na exaltação da Egreja de concerto com o grande Papa, e Santa-Sophia abrir-se-ha perante vossos exercitos victoriosos para que na antiga basilica se offereça de novo o sacrificio eterno!...»

E, dez annos após, em Nimes, estampava-se a 5.<sup>a</sup> edição, consideravelmente augmentada, da obra que vaidosamente se dava pela *Ultima palavra das prophecias*. Era «o futuro proximo desvendado por muitas centenas de textos authenticos», que nos fornecia um *toqué*, cuja tara presta a chave do enigma da litteratura de outro, Adrien Peladan esse, Joséphin Peladan, ou o Sar Peladan, este. Aquelle fôra honrado, para suas obras (como o exara) com muitos breves de S. S. Pio IX; e, na justificação das prophecias, elle marca os factos geraes caracteristicos, de cujo conjuncto os iniciadores sejam, naturalmente, os seguintes: «Um rei de França, cuja piedade egualará o valor e o genio, será dado pelo céu. Cobrirá o nosso paiz d'uma gloria immensa e encerrará a éra das revoluções. 2.<sup>o</sup> Um papa, cheio do espirito de Deus, será estreitamente unido ao grande Monarcha; elles renovarão de concerto a face da terra».

É structuralmente, pelas mesmas palavras, a concepção palingenesica de D. João de Castro, na *Paraphrase e Concordancia das Prophecias de Bandarra*; e uma e outra não passam da idealisação do conceito fundamental da Edade-Media, na correspondencia da Egreja e do Imperio, onde a iniciativa do Papa eme-

NBS



rito (*Pastor angelico*) ao nosso visionario chega remotamente de Joachim de Flora. A este não se fatiga elle de reportar-se, por vezes até com verdadeira eloquencia natural. Nem o portuguez do seculo xvii nem o francez do seculo xix dão conta de que roçam pela heresia do *Evangelho Eterno*. Fé não dão de que sobem a escadaria mystica que do reinado do Pae, pelo do Filho, leva ao reinado final do Espirito-Santo. Nem um nem outro sentem que, sendo um dos caracteres do prophetismo entre os hebreus clara hostilidade aberta contra os reis e os padres, essa caracteristica se reencontra no conceito joachimico; e Xavier Rousselot é exacto quando, definindo como, cedendo ao amor que era a fonte de todos os seus pensamentos, o Grande-Propheta tivera o direito de fallar consoante o fez, e como o podia fazer sem inconsequencia, frisa, comtudo, que, conservando-se fiel á orthodoxia catholica, elle perorava qual Luthero e conforme Melanchton.

Um e outro, Castro ou Peladan, se acontentam com a sancção da esperança do menino predestinado; e os nossos sebastianistas, do geito por que se viu, não deitavam fóra mesmo o exemplo que o ensino christão lhes fornecia aliás no aproveitamento dos vaticinios das proprias sybillas.

Assim, no *Discurso em que se prova a vinda do senhor rei D. Sebastião*, o padre Antonio Vieira esculpe o segundo fundamento das prophcias e vaticinios tracejando: « Prova-se tambem a vinda do senhor rei D. Sebastião com as prophcias e vaticinios dos santos, e homens de virtude, e de espirito prophetico.

Veremos as prophcias e depois os vaticinios que fallam neste *encuberto*, destruidor da seita mahometana, imperador do mundo, e no fim deste discurso, por remate, veremos que todas as circumstancias e signaes deste promettido, só no senhor rei D. Sebastião se cumprem e acham, e só elle é o verdadeiro *encuberto*, o verdadeiro promettido, e o verdadeiro imperador, que deve ser esperado.» Realizando o programmatisado, entra o estranho jesuita a discorrer das prophcias da sibylla erithrea com dizer assim: «Ácerca desta materia, mui largamente escreve esta Sibylla, e não podemos referir tudo, por ser contra a brevidade; faremos menção do mais succinto, mais claro, e mais principal.» N'essa assignalada conformidade, como annunciando D. Sebastião, da alludida sibylla destaca lances do canto sexto, setimo, decimo-terceiro, decimo-nono, trigessimo-segundo, trigessimo-quarto, trigessimo-sexto, trigessimo-setimo, quadragessimo-quinto, quadragessimo-nono, quadragessimo-setimo; da Prophecia vinte e sete; e da Prophecia vinte e cinco.

Estas prophcias sibyllinas são invenções, modernamente colligidas e com acurado primor em seus inicios estudadas; mas serviram n'um proposito de messianismo christão e ainda agora para fito identico são aproveitadas. No seu *Tractado de theologia fundamental ou apologetica*, traduzido para portuguez, com singulares laivos de hespanhol, pelo dr. Luiz Maria da Silva Ramos, o dr. Francisco Hettinger considera mui provavel que foi essas prophcias que deram occa-

sião á ecloga iv de Virgilio, assertando que, na idéa da redempção e dos seus effeitos, assim como na pessoa do Salvador, tal composição offerece uma surprehendente similhaça com as prophecias do Antigo Testamento, especialmente com *Is.*, c. 7.

Maiórmente se impressionará o leitor occidental com outro parallelismo. Fêl-o o snr. Eugène Lévêque quando se deu á cata dos mythos e das lendas da India e da Persia em Aristophanes, Platão, Aristoteles, Virgilio, Ovidio, Tito Livio, Dante, Boccacio, Ariosto, Rabelais, Perrault e La Fontaine.

1213

Chegando ao ponto, rememorou elle que um sabio critico (Pierron, na *Historia da litteratura romana*) assertara que é sobretudo nas eglogas menos bucolicas que por mais d'uma vez Virgilio se mostrou grande poeta. A rasão d'isto está, segundo o snr. Eugène Lévêque, em que, nas suas mais bellas eglogas, longe d'imitar Theocrito, elle se inspirara da poesia oriental. Tracta seguidamente de o pôr em evidencia por intermedio de dois trechos, n'um dos quaes o poeta latino celebra o nascimento d'um menino divinal.

De facto, na egloga iv Virgilio expõe uma prophecia, cujas grandes imagens e cujo estylo mystico produzem sobre o espirito uma emoção religiosa: a epocha predita pela sibylla de Cumas chegou, e a idade de ouro, reapparecendo sobre a terra, coincidirá com o nascimento d'uma creança sublime que virá ao mundo sob o consulado de Pollion.

Essa mysteriosissima prophecia tem levantado duas questões: Qual é o personagem historico para o nasci-

mento do qual Virgilio escreveu a egloga iv? Admittem doutos varios que foi Asinius Gallus, filho de Pollion. Tendo-se dado a passageira reconciliação de Augusto com Antonio, em que grande parte foi Asinio Pollion, como a este nascesse um filho, a seu natalicio vogou ser composta, na verdade, esta egloga. Accomodou-se a infante tal a prophecia da Cuméa, que muitos, relembra-o outrosim Odorico Mendes, têm accomodado, porém, a Christo e á Virgem. Haveria, comtudo, quem negasse referir-se ao filho do consul o verso — *Pacatumque reget patriis virtutibus orbem*—, affirmando que o menino era Druso, filho de Livia e Tiberio Nero, nascido quando a mãe estava casada com Augusto; o debate é longo e miudo; para seu tempo, resume-o, sem se pronunciar definitivamente, o maranhense; mas ao nosso litigio é a segunda das questões ventiladas a que mais diz: Qual será o personagem divino cuja vida forneceu a Virgilio a materia da sua ficção? Tambem sobre este ponto produzidas se tem muitas hypotheses.

Eickhoff, em seus *Estudos sobre Virgilio*, tentou demonstrar que o poeta latino se haveria inspirado da pintura maravilhosa que Isaias faz do reinado pacifico do Messias; e já vimos que Hettinger allude ao capitulo 7 do propheta; elle indica a maneira como puderam penetrar em Roma as prophecias messianicas, consoante se deduz de Flavio Josepho, Tacito e Suetonio; tambem, Lévêque recorda que, havendo os antigos oraculos sibyllinos perecido no incendio do Capitolio, 83 annos antes de Jesus Christo, se fizera, para os substituir, recolher na Grecia e na Asia vaticinios im-

pregnados d'idéas messianicas e orientaes; remata por concluir que a esses factos não carece importancia, porém que não bastam, ainda assim, para explicar a egloga iv.

A segunda fórma de a interpretar tambem o não acontenta. E' essa que (segundo uma tradição que remonta aos primeiros seculos do christianismo, tradição enunciada formalmente por Lactancio) Virgilio haveria predito, inconscientemente, a vinda do Christo, como Platão, na allegoria do Justo posto em cruz, haveria traçado, por igual inconscientemente, um quadro prophético da Paixão. N'esse caso, o poeta latino teria sido, segundo a engenhosa imagem do Dante, citada por Boissier, « o homem que caminha de noite, levando em suas costas um facho de que não aproveita elle, mas com o qual se allumiam os que o seguem. »

Porém Lévêque observa que ha, n'essa egloga indecifrada, muitos versos que não é possível applicar ao Christo, mesmo por meio d'uma interpretação allegorica. Em tal e tanta maneira que as difficuldades que lhe apresentava a precedente hypothese a fizeram pôr de lado pela critica sua coeva, a qual parecia satisfazer-se com uma solução negativa. Mas essa solução negativa, a Lévêque é que se lhe affigura, em si mesma, um paradoxo, pois reputa inadmissivel que um trecho que respira um verdadeiro enthusiasmo não tenha objecto algum determinado. « Pois não será uma these incomprehensivel (exclama) essa de sustentar que Virgilio formou uma concepção cujos elementos

estão perfeitamente ligados, sem pensar em sêr algum real ou ideal que fallasse á sua imaginação e n'elle excitasse uma emoção religiosa? » Consequentemente, cumpre, a seu aviso, procurar uma solução mais satisfactoria. Ella se encontra, assevera, suppondo que Virgilio se inspirasse das lendas de Krichna e de Râma, das quaes a primeira é o assumpto do *Harivansa* e a segunda constitue o thema do *Râmâyana*. Preliminarmente, sob este criterio, primeiro que se dê á faina de explicar toda a construcção da egloga, propõe-se mostrar-nos a imitação que Virgilio fizera d'um lance do *Harivansa*, onde é celebrado o nascimento de Crichna. Eis um dos multimodos aspectos da *Miragem oriental*, consoante a etiqueta pittoresca de Salomon Reinach, para rotular a illusão subjectiva em que engenhosamente Ch.-M. Limousin discriminou um dos effeitos do mytho da caminhada do sol.

Menos artificiosos do que a Levêque pareceram são, de facto, esses encontros nas coincidencias estrutivas das concepções humanas. Seriam sempre, convenientemente attendidos, antes mesmo que na psychologia, individual ou collectiva, derivadamente as systematisasse em elaboração philosophica a pujança transcendental do metaphysico Hartmann.

D'ess'arte, na tela de debate ao nosso affim, se encontrou o orientalista Darmesteter, em annotação oportuna da sua conferencia de 28 de Fevereiro de 1885, feita na Sorbonna, perante a Associação Scientifica de França. Tractava-se do Mahdi, desde as origens do Islam até os nossos dias de então. Então, dizia,

gracejando, o snr. James Darmesteter: « Em Portugal, mais d'uma velhota conta ainda que don Sebastião, com quem se abysmou a grandeza da nação, ha tres seculos, nos areaes de Africa não está repousando no tumulto: prestes elle vae, com uma frota, voltar do Brazil; don Luiz abdicará perante elle e os grandes dias de Vasco da Gama vão recommençar. »

Poderia o snr. Darmesteter aproveitar-se do folheto de cordel que em Portugal, em 1721, implicitamente afervorava a crença no Encoberto christão pela noticia do coevo *Encoberto mahometano, ou Mohaidin redivivo*. Aproveitar-se poderia do lance do capitulo xv da *Relação da viagem da India, que no anno de 1663 fez por terra e mar para Portugal o padre Manuel Godinho*. N'esse capitulo, o illustre ignaciano (consoante a designação de Augusto Comte, que assim chamava aos da Companhia) refere a viagem que teve por mar do Congo a Baçorá, com os successos d'ella e noticias de toda aquella costa da Persia e de algumas ilhas que são mais celebres n'aquelle mar, e põe tambem a disputa que sustentou com um molá persiano. Em balde o jesuita o apertava e reapertava. Parecia incrivel. Mas era certo. « Ainda o molá se não dava por satisfeito; e passando dos argumentos a desejos e prophecias, dizia que só a sua lei havia de permanecer no mundo, e que a de Christo não duraria mais que até á vinda do seu Mahomed Mahadim, neto de Ali, o qual converteria o mundo todo á sua seita. Aqui me aproveitei eu da lição que algum tempo tive das prophecias sebastianicas, e pondo o encoberto

já na Syria, já na Palestina, já em Constantinopla, logo na Persia, dava sua lei por acabada. Mas o mal foi que nem elle cria as minhas prophecias de Bandidarra, nem eu as suas.»

Succintamente, (pelo snr. Darmesteter, com insigne clareza, explanada a formação da theoria do Mahdi, e vistos seus dois periodos na Persia, e observado ainda esse Encoberto na Africa, na Turquia, no Egypto, no Soldão) o conferente mostrou que o essencial do ensino consiste, na revertencia da theoria do Mahdi, em partir do modo originario da construcção religiosa de Mahomet, o qual, como se sabe, deitou mão, para seus dogmas, dos dos judeus e dos christãos; para sua mythologia, da dos judeus, dos christãos e dos persas. Ora, um traço commum a essas tres religiões (e não só a ellas) era a crença em um sêr sobrenatural que devia, no final dos tempos, tornar a trazer ao mundo a ordem e a justiça que d'elle banidas se encontram e preludiar ao reinado da immortalidade e da felicidade sem termo ou acabamento.

Esta concepção, cuja origem Darmesteter, com exclusivo ciúme, attribue ao judaismo, e que deu origem á fé christã, não tomara, entre os judeus e entre os proprios christãos, a sua fórma definitiva senão sob o influxo da mythologia persa. D'ahi, em as suas tres fórmas, a judaica, a christã e a persa, mau grado certa variedade de minucias, similhança profunda nas grandes linhas geraes. Em as tres religiões, o advento do Salvador deve ser precedido d'um desencadear immenso das forças do Mal: personificado entre os judeus pela



invasão e pelas assolações de Gog e Magog; entre os christãos, pelo Dragão ou a Besta do Apocalypse e por um falso propheta, o propheta de Satanaz, denominado Antechristo; entre os persas, pela serpente Zohâk, incarnação d'Ahriman, o mau principio. Nos tres modulos, por egual o Salvador devia descender em linha recta do mais augusto personagem da tradição nacional: entre os judeus e os christãos, chamava-se o Messias e provinha do rei propheta d'Israel, David; entre os persas, chamava-se Saoshyant e era filho do propheta da Persia, Zoroastro.

O nascimento d'este fôra custoso, « como o de todo o Deus que se destaca da nuvem convulsiva », observa Darmesteter, no seu mui valioso trabalho sobre *Ormuzd e Abriman, suas origens e sua historia*; mas, do seio de sua mãe (cujo coração, na longa expectativa dos ultimos tempos, estremecia como a nuvem) Zoroastro foi o unico d'entre os homens que emergiu rindo; só elle entre os humanos, mas não o unico d'entre os deuses, porquanto todo o deus borrascoso pode nascer d'ess'arte, e os Marutos vedicos brotam no riso do relampago. O relampago é o riso do céu, é o riso dos deuses; ouvem-se no trovão (« *I laugh as I pass in thunder* », diz *A Nuvem* de Shelley): d'ahi o riso *inextinguivel* dos deuses homericos. Os modernos repetiram a expressão sem a comprehender; para Homero, ou antes, para os primeiros inventores da expressão, o riso dos deuses é inextinguivel, não porque não acabe, mas porque seja *chamma* « E é assim (mofa Darmesteter) que o riso fulgurante que, ha tres ou quatro

curioso que  
arrumá fme  
o de D.  
Sebastião

mil annos, se accendia nos labios de Zeus, de Zoroastro e dos Marutos se volveu na longa e ruidosa hilaridade d'um *habitué* do *Palais-Royal*.»

Ferida a lucta entre o bem e o mal, Zoroastro morre tambem, morre pelo raio, porque o raio tanto é a arma do demonio como a do deus; morre, porque a tempestade tanto é a morte do deus luminoso como o seu triumpho, conforme a imaginação se reporte ao reinado da luz que precedeu ou ao reinado da luz que ha-de seguir. Mas a morte da luz não é nunca longa; a tempestade mesma em que ella succumbe é a condição do seu regresso; por outras palavras, em linguagem mythica: o *heroe desapparecido encontra sempre um successor, um vingador*. Porém, se o heroe moribundo renasce para morrer novamente, então é porque haverá ora victoria ora derrota indefinidamente; e, assim sendo, nunca virá o dia da victoria eterna e definitiva, da victoria sem dia-seguinte. É preciso, pois, uma desforra addiada para a consummação dos seculos. Essa desforra póde produzir-se de duas maneiras: ou bem o heroe, morto pelo demonio, não está morto realmente e aguarda adormecido o dia do despertar e da vingança; ou bem o herdeiro que o vinga, em vez de surgir immediatamente, não deve apparecer senão na consummação dos seculos. Na Persia, essas duas series de mythos, primitivamente distinctas, fundiram-se. Nos primeiros, o desbarate final do demonio é a obra de heroes, mortos, sim, ao de hoje em dia, mas que despertarão na consummação dos seculos: Kereçâcpa, Peshôtann, Khumbya, Aghraêratha etc.; na se-

gunda, eis a obra d'esse filho de Zoroastro que haja de nascer no final e acabamento dos tempos : Çaoshyant.

Já no concernente á morte de Zoroastro, em face do contraste da lenda conservada pelas Homilias Clementinas (segundo a qual elle cahe fulminado pelo demonio) e o ensino de Firdusi (que nol-o dá trucidado pelos turanianos no saqueio de Balkh), a versão mythica e a versão legendaria como que nos fornecem um antegosto dos conflictos modernos entre as interpretações dos mythographos, quaes Max Muller, e as dos sociologos, quaes Herbert Spencer. E quiçá a dados ao parecer tam differentes se possa combinal-os, fazendo-os concordar na realidade, de geito e por traça que um explique e confirme o outro.

O moderno evhemerismo inglez apresenta aspectos assás extramboticos e até revoltantes, com effeito; elle é uma das consequencias extravagantes do stricto principio da evolução, peculiar da raça, refractaria structivamente ao factor revolucionario, sem a intervenção do qual o universo cosmico como a generica vida e a humana sociedade são inintelligiveis, aliás. E, espiando a evolução da idéa de Deus, no grosso cartapacio que pouco ordenadamente escreveu, Grant Allen exaggerou ainda um conceito, já de si, no seu amplo contexto, paradoxal. Na verdade, quanto a suppor que o sol, a lua, o vento, o raio, e tudo o que houve jámais de divindades cosmicas, atmosphericas, marinhas, hajam sido nômes attribuidos por pura phantasia a tal ou tal chefe poderoso — nômes dos quaes elle chefe, uma vez divinizado pela tradição,

houvesse tirado o seu officio e os seus attributos divinos — *c'est là un jeu d'esprit fort indigne de ce grand penseur qui a nom Herbert Spencer*. André Lefèvre, que o diz, addita que, para lhe cortar a puerilidade, tão só o lograra um extravagante *parti-pris* contra o methodo linguistico e contra a evidencia.

André Lefèvre é, tambem, linguista, elle-mesmo; e, pois, litigando *pro domo sua*, não merece inteira confiança; assim certo quanto das explicações linguisticas do seu adversario Max-Muller não duvidaria Herbert Spencer ridicularisal-o, se pudesse avaliar a derivação theorica do «fetichismo», como indicando má doutrina falsa. Porque *feitico*, para os portuguezes, quereria dizer «falsidade», como em *chave feitica*, que dizemos para significarmos «chave falsa». Descami-nhava-se, ainda, o sentido aliás carinhoso, como em «meu feitico», *meu encanto, meu bem*.

Ha n'estas materias a correr dois perigos contrarios, consoante na imagem classica de Scylla para Charibides. A apotheose é uma observação historica e ainda actual, pela pratica ininterrupta das canonisações catholicas; em thema respeitavel, pelo character venerando do personagem, com respeitosa sizudez nos relatou Albert Réville as phases varias do movimento crescente e ultimador da historia do dogma da divindade de Christo.

Modestamente, na mesma epocha do fremito recuperador do rei perdido, já assistimos ao inconsciente transmudar da sua personalidade historica para figura transcendente, desde que os esperançados nas chime-

ras astrologicas inquirem a corroboração das presumpções propheticas.

O abstruso Manoel Bocarro Frances, Medico, Philosopho, e Mathematico Luzitano, no livro, «reimprimido em 1809», e intitulado *Anacephaleoses da Monarchia Luzitana*, attinge, em seu pathos, subitamente tal qual sublimidade poetica e, no modulo, certo fulgor de inspiração o illumina.

Dormia o poeta mathematico e, dormindo, em sua Amaryllis sonhava; o brando nome de sua amada, iterando queixumes, em vão, em sonhos, repetia; responde-lhe uma nympa galharda, que lhe adverte não ser a que elle cuida mas, em compensação, lhe mostra no monte da visão uma machina, formosa e rica, de materia incorrupta e transparente, onde lhe pinta o supremo segredo da natureza, revelando-lhe nada menos que o mysterio da pedra philosophal.

Mas, n'isto :

Soberbo passa, atropelando o monte,  
Vestido de Mavorte, irado o gesto,  
Outro novo, se vão, Bellerophonte,  
De hũa nuvem cercado, obscuro e mesto.  
A' Nympa rogo que quem é me conte;  
Se o presagio da nuvem, tão funesto,  
E' de ruina ou de immatura morte;  
A Nympa me responde d'esta sorte :

Quando cinco agarenos superando  
O santo Affonso, a quem Tonante incita,  
A Christifera imagem venerando,  
A progenie no Ceo viu quasi escripta,

Que na decima-sexta extenuando  
 Se iria, lhe prediz sacro eremita ;  
 Sustentada, porém, do ethereo côro  
 Nova honra alcançaria e mais decôro.

Chegou-se o tempo não feliz, mas certo,  
 Que, rogando, evitar não posso ou basto ;  
 Do reino congregou o, pouco esperto,  
 A gente que perdeu fatal Sebasto ;  
 Da nuvem, como o viste, vai coberto,  
 Porque na morte, como vês, o engasto,  
 Que ás vezes é defesa do mau fado :  
 Juizo para Deus só reservado.

E, sem embargo, no mesmo Manoel Bocarro se manifestara, por força da dependencia de Castella, sob cujo governo vivia, a transformação do Predestinado Individual em o Predestinado Collectivo, do Rei na Nação. A Nympha lhe dissera :

Vendo... o consorte de Lucina  
 Valor nos Portuguezes tão supremo,  
 No concilio dos deuses determina  
 Em seus hombros formar ao Throno extremo :  
 As Monarchias todas, que arruina  
 Da fortuna o poder que eu nunca temo,  
 Nos vossos se hão-de unir, de tal maneira  
 Que seja a mais potente, e derradeira.

Não é, na democratisação das lendas, excepcional esta impressiva passagem da monarchia para a republica, no transporte da usufruidora representação das esperanças collectivas; e, na mesma zona sagrada, o theologo Hettinger, authenticando-se dos antigos com

S. Thomaz, dos modernos com Patrizi, Wiltke e Reithmayr, tratando dos typos messianicos, nos ensina, ao de novo, que sua divisão mais geral é em pessoas e reaes, sendo um dos principaes typos pessoases o povo d'Israel, o qual é o filho de Deus, alludindo Áquelle a quem, com perfeita razão, póde dar-se este nôme (*Os.*, 11, 1; *Matth.*, 2, 15), de quem Israel desce de segundo a carne, povo sacerdotal e real, figura do summo sacerdote rei (*Exod.*, 19, 6).

Outro theologo, d'outra theologia, nos instrue, hoje em dia, analogamente, explicando-nos o tom especificamente moderno das esperanças dos seus.

A terceira e ultima parte da vasta obra dedicada em França ao *Judaismo, seus dogmas e sua missão*, pelo snr. Michel A. Weill, rabbino mór, consagra-se á providencia e remuneração; e ahi se estuda o duodecimo dogma: o Messias e o messianismo.

O snr. Weill apresenta, primeiro que tudo, a formula de Maimonides, e ensina-nos que, quanto ao logar occupado por este dogma na ordem dos principios fundamentaes, ella é motivada pela these, tradicional e theologica, que vê no messianismo um dos elementos da remuneração e uma especie de hyphen entre a vida eterna e a resurreição dos mortos; pensa elle que, antes de attingir o dogma propriamente dito, importa precisar a significação do termo *Messias*, que continúa representando ainda um papel consideravel nas esperanças da humanidade.

Ninguem contestará, proclama-o, ao judaismo a paternidade do nôme de Messias; ninguem ignora que

elle vem da raiz *Mascha'h*, que significa *ungir*, sendo a unção o symbolo da consagração religiosa impressa a uma pessoa ou a uma coisa. Diz a uma pessoa ou a uma coisa, attendendo a que, no principio, se applicava a unção não só aos homens votados a Deus, ao summo pontifice, e mesmo aos pontifices ordinarios, mas ainda aos objectos destinados ao uso do sanctuario, assim como ao proprio sanctuario. E, coisa notavel, considerada como o cunho d'uma missão providencial, a unção é por vezes concedida a reis não israelitas. Mas onde ao nôme de Messias o vemos figurar d'uma maneira mui apparente é nos psalms; ahi notamol-o conferido quer a David quer a qualquer outro principe reinando pela vontade de Deus. Porém é no livro de Daniel, «n'esse monumento obscuro d'uma epocha intermediaria», que se descobrem os primeiros vestigios d'uma significação modificada, para não dizer nova. Aqui, pela primeira vez, o Messias cessa de ser um rei, um principe como os outros, para tomar as proporções d'um personagem mythico.

O livro de Daniel começa uma longa serie de apocalypses judaicos e christãos que se estende até á idade-media; e Th. Nöldeke, em sua *Historia litteraria do Antigo Testamento*, considera-o como uma das producções mais notaveis da litteratura hebraica, dizendo que, a fazer-se abstracção dos defeitos do tempo, não se póde senão admirar a habilidade e o elevado espirito de seu auctor. As diversas visões sobre os reinos futuros estão d'accordo entre si nos pontos essenciaes, e as interpretações expressas que lhes são



dadas provam-o perfeitamente. Apurado seja que o livro de Daniel não é authenticico; já o neo-platonico Porphyrio, graças a estudos exactos, havia chegado á convicção de que o auctor não tinha errado até á epocha d'Antiocho Epiphanio, mas que, a partir d'esse tempo, tam ignorante do futuro como outro homem qualquer, illuso se exhibia.

Os quatro reinos no capitulo II são os mesmos que no capitulo VII; e Nöldeke registra que, como o fim da visão no capitulo VII é o mesmo que o do capitulo VIII, onde nos são dados os nômes dos reinos, como as allusões e os acontecimentos do capitulo XI se lhe offereçam de todo o ponto conformes, não nos é bem difficil apprehender o sentido d'essas imagens.

Os reinos do mundo são: 1.º o reino babilonico, por onde Daniel começa suas predicções; 2.º o reino medico; 3.º o reino persico; 4.º o reino grego ou macedonico. Os quatro reinos designados como tomando o logar do d'onde procedem (o de Alexandre) os quatro cornos, dirigidos para as quatro regiões do céu, são, em bôa verosimilhança, a Thracia ao norte, a Macedonia ao oeste, a Syria a este, o Egypto ao sul. O capitulo XI descreve os combates dos Seleucidas (reino do norte) e do Egypto (reino do sul). O rei a quem se referem todas as descrições especiaes do capitulo VII, o blasphemador, o tyranno que profana o sanctuario, abole os sacrificios e opprime o povo de Deus, resulta esse Antiocho Epiphanio que é accusado de haver feito perecer tres dos seus predecessores

(VII, 8). Após elle, o vidente aguarda de seguida o advento do reino de Deus.

N'estas miragens se firmaram os nossos visionarios, fiando de Daniel, para Portugal, seu almejado Quinto Imperio, ainda mesmo em detrimento e com discrepância da orthodoxia catholica, flagelladôra de castigos. Assim, ao padre Antonio Vieira se lhe publicou sentença condemnatoria, na sala da Inquisição de Coimbra, em sexta-feira 23 de Dezembro de 1667. Gastaram em a lêr duas horas e um quarto e publicaram-a no sabbado seguinte, pela manhã, em seu collegio. Ora, entre as proposições no padre Vieira anathematisadas pelo Santo-Officio, incluem-se, especificadamente, estas, ao douto, louco jesuita censuradas na dita sentença: «Que aquelle tyranno, soberbo, poderoso e blasphemo, que se ha de levantar contra o Altissimo e contra os seus santos (isto é, contra os christãos) do qual se tracta na sagrada escriptura (Dan. VII-24 e 25) não ha de ser o Anti-Christo, senão o turco, como se mostra de muitos logares da sagrada escriptura; dos quaes se vê, que primeiro ha de ser vencido o turco, e logo lhe ha de succeder o imperio de Christo, e depois d'este se ha de seguir a perseguição e vinda do Anti-Christo, e dia do juizo. Que quando, na escriptura e capitulo 2.º de Daniel, se diz que os quatro metaes da estatua de Nabucò, ou as quatro monarchias significadas nelles ficaram desfeitas em pó, e desappareceram voados do vento, sem se achar mais logar em que estivessem (Dan. 11-35), não quer dizer que as terras, cidades e gentes das ditas

N

se haviam de acabar e extinguir totalmente, como ha de acontecer a todo o mundo no dia de juizo; senão que havia de acabar seu mando, seu poder e seu imperio, como verdadeiramente se acabou o dos assyrios pela successão dos persas, o dos persas pela successão dos gregos, o dos gregos pela successão dos romanos, e se acabaria tambem o dos romanos pela successão do quinto imperio.»

Este quinto imperio consummará o pensamento de Daniel, e nossa Lusitania fornecêrá o typo da palingenesia social, que o rabbinismo moderno substitue á noção primitiva. Tambem na interpretação do Messias segundo os prophetas elle busca consubstanciar a idéa nacional na pessoa davidica, mercê do character de unidade que ao reinado de David o distingue essencialmente; mas ahi surge manifesta a origem da differenciação transcendentalista do apotheosado na idéa de David resuscitando como rei (*Jeremias*, xxx, 9). E a marcha vai seguindo de continuo, ainda que o illogismo hebraico abruptamente a interrompa, rejeitando a qualidade de Deus para o Messias, visto como a sua grande virtude consista precisamente no temor de Deus (*Isaias*, xi, 2 e 3), porém discriminando-o, ainda assim, como d'uma natureza angelica, todavia sem sahir das condições da humanidade, addita Weill, como se a natureza angelica coubesse nas condições da humanidade.

Em um ponto-de-vista theorico, occulto nos refohos do envolucro lendario, para Weill não lhe pareceria impossivel ir descobrir os vestigios da these

radical do Messias impessoal; e, se se disser que essa these do Messias impessoal vem condemnada pela Tradição, Weill redarguirá que não é bem certo e que «um dos nossos theologos de maior auctoridade sustenta que ella é heterodoxa, mas não heretica.»

Resumindo-se, entende averiguado que o advento do Messias e o advento da humanidade são connexos; «aquelle será uma verdade no dia em que esta, transformada e pacificada, seja uma realidade.» Eis assás fina evasiva, que torna inutil o advento do Salvador para conjuncto que de si se salvara já. E, tractando do Messias e do messianismo segundo a eschola theologica, é de notar a proposital insistencia com que frisa que o lado humanitario não escapou á sagacidade do theologo illustre entre todos; constata-o, elle o assignala por uma d'essas palavras profundas que valem um systema inteiro, exclama Weill. Cita essa palavra; é quando Maimonides define a missão do Messias como sendo o *afeiçoamento da humanidade ao culto unitario*. «Não se poderia dizer melhor (Weill commenta): eis ahi o verdadeiro fim, o *desideratum* d'essa palingenesia, simultaneamente nacional e universal, e assim sômos reconduzidos á grande concepção messianica, independente da questão pessoal.» Ou, em palavras positivas: á idéa philosophica do progresso geral da humanidade.

Finalmente, na these de Albu, perante a attitude incerta, embaraçada, d'um dos ultimos e grandes representantes da eschola, dada essa forma equivoca que rompe tam vivamente com as affirmações absolutas de

Saadia e de Maimonides, Weill presume o indicio d'uma modificação doutrinal que pela primeira vez se affirme oficialmente, se bem que com grandissima timidez. « Não seria isto (pergunta Weill) um protesto indirecto dirigido contra o messianismo exaggeradamente litteral dos primeiros chefes da escola? Não estaremos auctorisados a vêr n'issô como que o ponto de partida d'uma evolução dogmatica no sentido do messianismo immaterial e impessoal? A escola theologica virá acaso, por um dos seus órgãos mais recentes, a deixar a corrente popular, para seguir ess'outra, egualmente biblica e tradicional, d'um renascimento concomitantemente israelita e humanitario? »

Como quer que seja, o douto rabbino registra que o que é certo é que duas correntes messianicas se perpetuam atravez dos tres differenciados cyclos e que o Messias e o messianismo são dois factos distinctos, o que será suppôr o que se deseja. Este ultimo tem a sua existencia propria, professa Weill, que é independente da realidade do primeiro. Emana da concepção d'um *povo-Messias*, « incontestavelmente superior á do *homem-Messias*. » E esse povo-Messias é Israel : assim o cuida, sob a auctoridade de seus sagrados livros, o tratadista da obra duradoura onde o proclama.

Foi, mas já não é; esse povo-Messias é Portugal, assim o julga, sob a auctoridade de patriótica falsificação, o redactor do opusculo ephemero onde o estatue.

Na esteira de congeneres temeridades, fallo do auctor do folheto que se denomina *Exame, e juizo cri-*

*tico sobre o papel, intitulado Anti-Sebastianismo, annunciado na Gazeta de Lisboa de 28 de Setembro do presente anno.* Estampou-se, na mesma Lisboa, em 1809. O escriptor, exara a pag. 13-14 de sua producção o seguinte: «Eu supponho que nenhum homem de bom senso, e de boa fé deixará de estar convencido da prodigiosa apparição de *Jesus Christo* a El-Rei D. Affonso Henriques nos Campos de Ourique, e das grandes promessas, que lhe forão feitas. Este milagroso acontecimento está tão legitimamente provado por tantos, e tão authenticos documentos, descobertos, e reproduzidos por homens tão insignes, e muito principalmente nos nossos dias pelo Author da *Thebaida Portugueza*, e pelo celebre Antonio Pereira de Figueiredo, que se não póde esperar que homem algum nas circumstancias acima ditas se atreva ao ter por falso, ou duvidoso. Desde aquella memoravel época se começou a crer piamente neste Reino, que Deus, em consequencia das promessas feitas áquelle virtuoso Rei, havia tomado a Portugal debaixo da sua particular protecção, providenciando-o com huma predilecção semelhante áquella, com que noutros tempos providenciara a Monarquia Hebreá, antes que pelos seus crimes, e ingratições se fizesse indigna de seus divinos beneficios.»

Tam transcendental confiança nos destinos superiores da patria, garantidos pelas divinas promessas, vae-se esbatendo á medida que o voltairianismo do começo do seculo se infiltra na maneira de pensar da nossa gente. Tende constantemente a diluir-se n'um

scepticismo generico, a partir do momento em que á tosca, cruel terra natal regressam os exilados do liberalismo, sacudidos da grande corrente emancipadora que abalou os espiritos e as instituições pelo anno de 1830. De maneira que as anciedades sebasticas, á geração romantica do liberalismo portuguez pareceram-lhe sempre grotescas, e o typo do sebastianista deu-lhe ensejo sempre á deformação caricatural, desde a comedia de Garrett visando no motejo as prophcias do Bandarra até ao simples esboço de figura pelos artigos emmoldurantes de D. José de Almada, Latino Coelho e Luiz Palmeirim; no theatro a cançoneta de José Romano exhibe o typo irrisorio; finalmente, a opera-comica apodera-se da situação, com D. João da Camara e Gervasio Lobato, musicados talentosamente por Cyriaco de Cardoso. No povo a resistencia tradicionalista é mais duradoura, mas ahi mesmo o sebastianista succumbe aos sarcasmos da turba, consoante das mystificações populares dos raros sobreviventes d'essa amplificada chimera. Porventura, incitada, a massa fluiria segundo as leis da imitatividade preconizadas por Tarde, no plano inclinado das troças civilizadas dos cavalheiros da burguezia afidalgada. Note-se que adquiriu certa celebridade uma pomposa cavallhada, por occasião do entrudo, representando no Porto o regresso do rei D. Sebastião, de volta da ilha encoberta.

Vê-se, pois, que Oliveira Martins, na sua phantastica theoria historica, confundiu dois factores diferenciados diversificadamente: o do sebastianismo e o do messianismo de Portugal; o primeiro considerado

irrisorio e pertença de maniaticos; o segundo reputado intangivel, como inviolavel timbre da dignidade collectiva. Um, além da adaptação de prophcias extranhas, derivava das trovas de Bandarra; o outro fundamentava-se, além da tradição nacional anonyma, no juramento de D. Affonso Henriques.

Nitido dos traços peculiares do liberalismo romantico portuguez (apezar da sua convergencia unitativa, pela reproducção dos quadros do viver da Edade-Media) foi o de uma essencial separação para com o povo, que, ás ordens do absolutismo contra os liberaes, os combatera com furia, depois de os haver perseguido com atrocidade; e assim se entendam os sarcasmos, serodios mas procedentes, de Alexandre Herculano na mira da democracia, que elle declara haverem conhecido detestadamente seus companheiros de faina e sacrificio. « A democracia (escrevia em 1867, explicando-se a si proprio e a seus correigionarios cartistas de 1837) não apaixonava demasiado os animos, sobretudo os animos dos que haviam pelejado desde os Açores até Evoramonte as batalhas da liberdade, ou padecido na patria durante cinco annos, sem o refrigerio sequer de um gemido tolerado, as orgias do despotismo. Uns tinham visto de perto a face da democracia; tinham-na visto por entre a selva de oitenta mil baionetas que fôra preciso quebrar-lhe nas mãos para a liberdade triumphar; tinham-na visto nas chapadas e pendores das collinas que circumdam o Porto, até onde os olhos podem enxergar, alvejando-lhe nos hombros os cem mil embornaes preparados para recolher os despojos da



cidade da Virgem, da cidade maldicta, rendida e posta a sacco; outros haviam-na visto de machado e de cutello em punho, mutilando e assassinando prisioneiros inermes e agrilhoados. O liberalismo achara a catadura da democracia pouco *sympathica*.»

Esta indisposição sentimental e mental chegou-o a prejudicar, na sua percuciente perspicacia historica, offendendo com suas bruscas investidas o melindre das recatadas susceptibilidades credulas, já um pouco envergonhadas do lealismo de sua fé, no embate ironico das rajadas irrespeitosas do scepticismo ambiente. Assim occorreu na polemica famosa do milagre de Ourique, onde Herculano perde um tempo precioso no debate da authenticidade de textos e diplomas, de par e passo que o sentido mysticamente nacionalista e nacionalistamente mystico da crença quasi que se lhe esquivava, e de todo lhe escape quiçá o mobil pio, no criterio da patria humilhada e revindicanda, das falsificações incitadoras. E digo falsificações porque á de Ourique é connexa a de Lamego e a ambas identico estimulo as impelle e propulsiona.

Sabe-se que dos primeiros e o mais minucioso e arguto rebate á authenticidade das côrtes de Lamego foi campanulado, com notavel engenho e copiosa erudição, por don Luis de Salazar y Castro, em seu *Indice de las glorias de la casa Farnese*, em 1716, onde se propoz, com exito, demonstrar que as referidas cortes de Lamego são suppositicias. E ahi impugna Sousa de Macedo, que, para excluir o principe Reynuncio, e para melhor titulo da princeza

Dona Catharina, sua tia, accrescenta ao direito de eleição a circumstancia de estar casada em Portugal, cumprindo assim com o que dispõe a lei feita nas côrtes de Lamego, para que a corôa não passe a extranhos. Esta fôra a principal rasão em que se fundavam todos os defensores d'aquella princeza, e o consideral-o nos projecta a luz sufficiente para a intelligencia do texto apocrypho. Apoiado n'essa rasão, rememora Salazar y Castro que a Caramuel o combate com estranha viveza e com notavel desprezo aquelle auctor que impugnou a resposta que elle fez, no anno de 1642, ao manifesto de Portugal. «El ocultó su nombre con la suposicion *M. F. de Villa-Real*, en que vi, variada la situacion de las dos iniciales, entendiessemos *Francisco Manuel*; bastava esto solo para recomendacion de aquella obra.» Esta habilidade é chimerica; o auctor da obra fôra esse infeliz Manuel Fernandes de Villa-Real. «Seja quem fôr, continúa Salazar y Castro, e tracte das coisas de Castella como lhe apraza, não se pode negar que tinha uma grande erudição, um excellente estylo, e que escolheu um methodo, se bem que picante, graciosissimo.» Tudo lhe galardou Portugal, penhorado á sua defeza, queimando-o em publico recinto, porque não acreditara com respeito á fé religiosa nos dogmas acceites. O que, porém, a Salazar y Castro admira é que nem esse sabio nem Antonio de Souza de Macedo tivessem a mão mais branda contra Caramuel, em agradecimento de que este não soube ou não quiz despojal-os d'aquelle escudo com que fizeram sua maior defeza, porquanto,

negando-se-lhes as côrtes de Lamego, ficava a princeza Dona Catharina precedida, pela primogenitura, em Raynuncio, e pelo sexo em Filippe II.

Esquecera, todavia, o mesmo Salazar y Castro aquillo de que elle proprio logo adiante dá nota, e é que bem conheceu Antonio de Souza de Macedo a «debilidad despreciable» d'aquella relação de côrtes, quando articula que Caramuel, D. Antonio de Fuertes e o incognito inglez que escreveram por Castella as deveram negar, e por o não haverem feito registra, em contradicta, que lhes dá os agradecimentos: *Pro quo eis gratulamur*. Porém, don Nicolas Fernandez de Castro emendara esse descuido e resolutamente convencera de falsas a taes côrtes e ás leis que se supõem feitas n'ellas, sendo suas provas tam convincentes que, ainda que se empenha em desfazel-as o doutor Francisco Velasco de Gouvêa, a juizo de Salazar y Castro, «siempre quedan con el mayor vigor.»

Não importa isto que não tope em o seu elogiado com largos motivos de severas censuras; porém para nós outros o que releva é que, no rarissimo livro *Portugal convenxida (sic) con la raxon para ser venxida (ainda sic) con las Catholicas potentissimas armas de Don Philippe IV, el pio N. S. Emperador de las Españas y del nuevo mundo* (Milão, 1648), seu auctor don Nicolas Fernandez de Castro não se occupa, (em sua segunda parte sobre a successão regular de Portugal) tão só da «historia da invenção das leis de Lamego de ha 500 annos que se suppõe passaram aquellas côrtes, e 17 que o senhor

Don Philippe se achava na posse de Portugal, *sinque hombre del mundo se vudiesse jamas acordado dellas hasta el Padre Brandao, inventor de patrañas.*» Tambem grossa e acerbamente de patranhas tracta todas quantas amoraveis e orgulhosas crenças em sua predestinação e pavoneantes preferencias transcendentaes liberalmente se attribuiam os portuguezes.

Elle scandalisa-se com a *tramoya de las bendiciones del Crucifixo*; e auctorisase com a santa apostrophe (*Psalm., 4*): *Até quando, filhos dos homens, com empedernido coração? Para que amais a vaidade e buscais a mentira?* « Até quando, e até onde (oh portuguezes) com vossa obstinação endurecida? Até aqui pelejaveis contra a justiça humana. Agora contra a divina. Parece-me que, desfallecidos das forças naturaes da razão, desservidos dos soccorros ordinarios da terra, e dos outros reinos do mundo, os estou mirando com o Christo nas mãos, apellidando as sobrenaturaes; e a dom Rodrigo da Cunha, seu arcebispo, a cavallo, arvorando um crucifixo, tão mal servido dos castelhanos que descravou uma mão para abençoar e abraçar os portuguezes, quando nos deitavam fóra de seu paiz.»

Para don Nicolas Fernandez de Castro, essa era rixa velha das lusitanas turbas; e, assim, vota secção especial á *Simplicidad y supersticion del Pueblo Portuguez en affectar prodigios falsos para amotinar-se contra sus principes verdaderos. Refierense algunos casos.* Não era aquella a primeira vez, amargamente recrimina, que Portugal, lisonjeando aquelles a quem

quer como reis, se lisonjeou primeiramente a si-mesma (novamente *sic*) com vãos portentos, para acreditar e acalorar a traição.

Começa por de quando Portugal obedecia aos romanos e creu em Sertorio, de cujo embuste até mesmo um auctor portuguez (Faria) duvidou de qual se devia admirar mais, se da simplicidade de Portugal se da industria de Sertorio. Passa depois a quando o Mestre de Aviz invadiu, contra todo o direito, diz, aquella corôa e se serviu dos vaticinios do ermitão, para allucinar as plebes, afim de, ousado, animar assim, como o fez, a tibieza do povo, que ainda se não havia declarado. Encurtando deducção, relembre-se que remata que querem n'aquelle hoje interpretrar em favôr de sua rebeldia a apparição do seu crucifixo ao seu primeiro rei D. Affonso, de que á geração decima-sexta se attenuaria a prole, « como si fuesse mas prole de Don Alonso, Doña Catharina, que el Señor Don Philippe, o como si el Cruxifixo les vuiera predicho que las Infantas para ser Reynas, auiam de casar con Portugues, o como si el Berganza estuuiera en el caso y en el computo; estando que (.....) Doña Catharina estubo en la generacion 12. y el está en la 14. (para añadir ocularmente la desvergüenza á la mentira) vltra de otros mill argumentos, con se descobre *el deraneo de Brito.* »

Já em laudas anteriores se propuzera Fernandez de Castro mostrar « Que el dialogo trovado de los Portugueses entre Christo N. S. y su Rey D. Alonso tiene improbabilidad, falsedad y impiedad conozida,

como le entienden. Y que bien construido (quando fuesse cierto) acredita la Justicia de Castilla, y publica la perfidia del Verganza.»

Infere-se, portanto, que para a acceitação dos direitos d'este nada colhe: nem as virtudes terrenas nem as forças ultra-terrestres. A apparição de Ourique, em maneira alguma, serviria a sua causa; comtudo, não fôra cuidando assim que em Portugal a lembrança do juramento occorrera, no fito de suscitar as sopitadas energias.

Da mesma fórma resultava improficua a congenerere falsificação do diploma de Lamego; e o direito de Philippe II destacaria luminoso e irrefragavel. Esta evidencia vinha de longe; ella se impuzera á consciencia recta d'aquelle que iniquamente os portuguezes reputavam um usurpador.

«E, assim (remata Salazar y Castro), quando o duque de Bragança se reduziu a pedir recompensa, para ceder das pretensões da Princeza Dona Catharina, sua mulher, lhe respondeu Sua Magestade, segundo Conestâgio: *Que á offerta de ceder-lhe o direito, a agradecia muito; porém que entendesse que elle não tinha necessidade alguma de accumular novos direitos áquelles que Deus lhe havia dado, notorios a todo o Mundo.*»

Não acceitariam portuguezes o para elles mais que muito suspeito testemunho de Conestaggio, que assás odioso se lhes tornou, levando-os a uma das increíveis extravagancias phantasistas de nossa historia litteraria. Como a historia politica congeminara vivo

um rei morto, assim a historia litteraria inventou um traidor, na degenerada progenie, para não acceitar a intromissão extranha em juizos pejorativos das pretendidas, se proclamadas, nossas prevaricações.

Tractar-se-hia de D. João da Silva, 4.º conde de Portalegre, muito acceito a Philippe II de Hespanha, cujo subdito era, como filho de D. Manrique da Silva, commendador de Calatrava, posto que sua mãe, D. Beatriz da Silveira, fôsse portugueza. Prestou importantes serviços áquelle monarcha, sendo um dos seus mais activos agentes na pretensão á corôa de Portugal por morte do cardeal-rei D. Henrique; e é tido geralmente como o verdadeiro auctor da historia *De l'union del regno di Portogallo alla corona di Castiglia*, publicada sob o nome de Conestaggio, escrevendo outras obras tambem, mencionadas por Barbosa, que, attribuindo-lhe a qualidade de portuguez por sua mãe, lhe deu por isso logar na *Bibliotheca Lusitana*.

O absurdo litterario dito remonta longe, como ficou expresso já; porque desde logo o personagem foi indeciframavelmente desconhecido. Não admira que D. Francisco Manoel de Mello, na Epanaphora Tragica, avalie mal da *limpeza de sangue, & costumes de Jeronymo Franqui Conestagio Genoves, que se intitula Gentilhomem de aquella Republica: o qual ingratisimamente, havendo achado na nossa maior amparo... procurou quanto pode infamar*. Já, em sua *Jornada d'Africa*, Jeronymo de Mendonça, «como resposta ao novo proemio de Jeronymo Franqui na sua 3.ª impressão», accusa o seu censurado de *paixão*

*pura*, « pois tomou sem nenhum proposito a seu cargo a historia de Portugal, não lhe tocando semelhante empresa de nenhum modo, sendo genovez de nação, *todo occupado na feitoria d'alfandega d'esta cidade de Lisboa*, o que se vê mais claramente em ser tão prompto a perseguir e condemnar os affligidos (suave pasto de malignas entranhas!), pois senão contentou com dizer na verdade as desventuras e miserias que aconteceram, mas inventou de novo outras maiores (*se é que não deu credito a falsas informações*). » E, na *Miscellanea*, Miguel Leitão de Andrada, elogiando-o, e melhor a Luiz Cabreira de Cordova, *posto que poderão elles cargar ainda mais a mão nas culpas, e erros de Jeronymo Franqui, Ginoves, que escreveu hum livro a que elle chama da união de Portugal á corôa de Castella*, increpa D. Sebastião, além do mais, por dar « occasião a Jeronymo Franqui, Genoves *que naquelles tempos residia em Lisboa feitorisando na alfandega della em serviço de outrem*, a fazer hum livro desta jornada a que elle chama da união dos reinos de Portugal aos de Castella, no qual (ainda que bem ordenado) disse nelle mil erros. Nem podia falar ao certo, por escrever logo, a poucos dias depois da jornada, estando as cousas ainda muito confusas, e julgadas dos visinhos deste reino emulos de sua gloria, pelo tolle, tolle, do infeliz successo. *E eu sei de certo, que as informações que teve principaes, ainda que de pessoas muito principaes, ou principal, comtudo muito suspeitos, e não naturaes nossos deste reino.* » D. João da Silva nas-



cera, com effeito, em Toledo no anno de 1528, e ahi morreu em 1601.

Outrosim, em suas *Mémoires*, o cavalheiro de Oliveyra recolhe a passagem de Dom Francisco Manuel de Mello, applaudindo, nos *Apologos*, os correctivos inflingidos por Cabrera de Cordova a Conestaggio no respeitante á sua outra chronica, ás Flandres attinente.

Ora, o que mais deve assombrar é que italianos e appostos em desfazer esta atoarda cahem dentro da cilada, na mesma. Assim, Spotorno (*Storia letteraria della Liguria*, Genova, 1825, tomo III), contestando fortemente que a obra de Conestaggio fôsse escripta por D. João da Silva, diz que o referido Conestaggio «viaggiò molto, sia per conoscere ii varij costumi de'popoli, sia per attendere alla mercatura, come allora si costumava non di rado da'nobili italiani»; mas logo d'elle addita: «Servi nel grado di segretario il cardinale Alessandro Sforza legato pontificio in tutto il dominio della Chiesa.» Prestes se confunde mais e mais, terminando: «In sua vecchiezza fu tormentato dalla podagra; contro alla quale pensò che giovevol gli fosse l'uso di bere vino misto con acqua calda; costume degl'antichi romani, suggeritogli da uno scritto veduto da lui presso Agostino Doria. *Ebbe moglie, ed una figliuola.*»

Pouco se deve extranhar, pois, que os eruditos portuguezes, até os nossos dias (Herculano e Innocencio inclusos), não houvessem attentado em que o auctor da *Historia da união de Portugal á corôa de Cas-*

*tella* o era tambem de outra obra, assim consideravel. «Le opere più lodate del Conestaggio sono la *Storia di Fiandra ossia della Germania inferiore*, e quella dell'unione di Portogallo alla corona di Castiglia.» Spotorno malsina de Tiraboschi, que recolhera a voz calumniosa de que esta ultima não pertencia a Conestaggio, mas sim a D. João da Silva, conde de Portalegre. «La qual voce tanto poti sull'animo del Tiraboschi, che lo indusse a scrivere le parole seguenti: «Più volontieri io parlerei della storia dell'unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia scritta da Girolamo Franchi Conestaggio genovese, se altri non la credessero opera veramente di Giovanni de Sylva; nè io so trovar bastevoli monumenti a sciogliere la quistione.» Per altro lo storico della nostra letteratura, indagator sottile di tante minutezze, potera darsi la pena di leggere gli—Avvertimenti sopra l'Istoria delle guerre della Germania inferiore di G. Conestaggio, fatti da Adrianno Stopenro, tradotti dal francese — e stampati senza nota di luogo l'anno 1619, ne' quali trovato avrebbe i motivi degli accusatori; e dalla lor frivolezza poteva riconoscere agevolmente l'impostura.»

Ninguem as calce que as não borre; e a critica má arma seja, de dois gumes, que fere a mão que abrande; ahi, pois, onde se dão ahi se apanham, pois que, por seu turno, mal guiado pelo fingido Stopenro, Spotorno erra ainda, porque não lhe occorre romper de todo com a anedota da tarefa aduaneira de Lisboa, embaraçando-se já antes nos fios da residencia alegre

pelas Flandres e nos abandonos poeticos de uma musa facil, de academias e patuscadas.

Como censurou Tiraboschi por não ter lido Stoppenro, assim elle é increpavel de não haver inquirido informes biographicos do seu rehabilitado, o que lhe explicaria seu emprego junto ao cardeal Sforza. Fundado em Sax, *Onomastic. litterar.*, iv, o anonymo subordinado a Hoefler dá a entender como publicada aquella vida do conde Sforza di S. Fiora, que, no tempo de Miguel Giustiniani, segundo Spotorno, se conservava manuscripta em poder do cardeal Francisco Sforza; e attribue ao seu biographado uma «Expedição contra Tunis» que deve ser a *Relaxione dell'apparechio per sorprendere Alger*, escripta por Nicolò Petacocino, que a *Storia letteraria della Liguria* nos informa que Conestaggio no anno de 1601 publicara em Genova, «colle stampe del Pavoni.» Allude ás diversas poesias italianas; de Sax, se nosso intermedio subsidiario, como não apuraria Spotorno o que os nossos portuguezes não apuraram? A saber ficaria que Jeronymo Franchi de Conestaggio, o auctor do para nós escandaloso livro *Dell'Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia*, historiador genovez, o qual de primeiramente começara por ser secretario do cardeal Sforza, fôra depois bispo de Nardo e emfim arcebispo de Capua.

De familia sacerdotal, succedendo a um irmão na dignidade episcopal, favorecido mas sobranceiro, inscripções, por via de Ughello, na *Italia sacra*, lhe vemos dedicadas, qual a do douto jesuita napolitano; va-

liosas essas inscripções sejam, por marcarem seu alto credito no conspecto do Poderosissimo Rei de Hespanha Philippe III e do Sanctissimo Pontifice Romano Paulo V, cumulando, pela ciosa modestia e pelo fervor das ecclesiasticas franquias, os meritos para o tempo. No tempo o distinguira o monarcha hispano-portuguez, inicialmente, como o lemos registrado em o n.º 86 do mss. da Bibliotheca do Porto *Troffeo Luxitano*, para os Conestaggios, por este theor: « Em campo vermelho hum braço armado com hua espada na mão com cabos de ouro, e nella enfiada hua coroa de ouro, Timbre hum cometa de ouro com a cauda sobre o elmo. *Deu-as El-rei D. Filipe a Jeronymo Franqui Conestaggio no anno de 1584.* »

Esta resenha mostra a uma claridade diversa tanto a censura de Stopenro como a replica de Spotorno; um e outro não se poderiam entender a elles mesmos, apezar de o redarguidor se collocar em melhor campo, mas não plenariamente adquirindo a situação. Rebatendo a idéa do plagiato combinado entre D. João da Silva e Conestaggio, pondera a *Storia letteraria della Liguria*: « Confessa lo Stopenro che il genovese *mutò ed aggiunse* alcune cose; e che fece *maggior ostentazione di leggista* di quello che si convenga all'istorico, nel qual errore dicono che non era caduto il Silva. Or come può essere che in Lisbona sotto gli occhi di questo ministro spagnuolo si stampi adulterata la sua Storia da qual Conestaggio, ch'era suo confidente, noto a'principali ministri di Filippo, e che

altro far non doveva che velare col suo il nome del Silva? »

Desvariado, o bom-senso critico, incontestando e notavel, de Spotorno não attinge, sem embargo de sua percuciencia, uma attingivel méta; porém, elle condensa com exactidão o momento psychologico colectivo para as duas elaborações do gentilhomen genovez, *Neapolitanus Patritius*, litterato e *Utriusque Juris peritissimus*: « In fine, spiacque à Portoghesi la storia del Portogallo, spiacque agli spagnuoli la storia de Fiandra; perchè i primi vedevano in quella la pittura della lor decadenza; e i secondi la descrizione del lor disonore, e della gloria olandese. »

A *Storia letteraria della Liguria* immediatamente, a proposito, philosopha. Perora o escriptor: « Ma non è, e non sarà mai prova di falsità, o di spregevolezza, il dispiacere che prova il vinto dal veder narrate le suo perdite e il suo avvilimento. »

Ha que distinguir; e, em a *Jornada de Africa*, o nosso Jeronymo de Mendonça, « natural da cidade do Porto », com nobreza se inspira da recta equidade, ao exprobar sua villania a Conestaggio. D'este o animo era politicamente hespanhol, em sua condição civil e essencia social, sob o disfarce auctorisador que amargura ainda D. Francisco Manoel de Mello, quando se queixa do cruel agravo. Mórmente o offensor « sendo de nação, por nenhum interesse oposta aos Portuguezes, com a qual sempre guardarão boa correspondencia. » E as molestadas palavras, em 1607, de Jeronymo de Mendonça são graves, sentenciando do criterio, sem

generosidade e sem grandeza, patenteado por Conestaggio. Este, « para poder condemnar mais livremente dá por cousa impossivel poder-se louvar quem perde, sendo tanto pelo contrario que muitos com perderem ficaram tão honrados que mais se lhes podia haver inveja do que magoa ou piedade! Qual Judas na Palestina, Pompêo na Pharsalia, Berengario na Hungria, Carlos e Francisco na Italia, agora ha tão poucos dias o valoroso principe Alberto, archiducque d'Austria, na Flandres, e outros infinitos que alcançaram mais gloria perdendo que ganhando, pois emfim o valor não consiste no successo das cousas, senão na ordem e commettimento d'ellas. »

N'este sentido, o proprio Jeronymo de Mendonça sente, porém, que errou caminho; mas, com o intimo orgulho louco do lealismo irrevogavel, exara que « no que toca á batalha de Alcacer, . . . a mór culpa dos portuguezes foi serem tão fieis a seu rei que, vendo tão claramente a morte, não deixaram de lhe obedecer. » E aquelle que contra Conestaggio mais sanha exigiria d'este Jeronymo de Mendonça, n'esse ponto está plenamente de accordo. Miguel Leitão de Andrada, em a *Miscellanea*, com Conestaggio, acommette os que de sua licção lêem: « Mas quero-lhes perguntar a Jeronymo Franchi, e ao Padre Frei Jeronymo Romão, me digão, pois se remessárão temerariamente, e erradamente, a calumniar, que he o que os Portuguezes houverão de fazer? Porque tirar a obediencia a seu Rei, pois os metia em perdição sabida, e vista, sem neces-

sidade alguma, não he cousa que nenhum Portuguez haja de soffrer, nem ainda ouvir falar nisso.»

No absurdo sacrificio de uma nação inteira a um homem transcendentalisado, o caracter nacional seria assim macisso, inteiriço, ferreo, d'uma peça só, ferrea? Ou percentagem haveria tambem da indecisão, a qual seja um dos traços peculiares da physionomia nacional?

MS  
Hoje, resulta ponto somenos que em Alcacer-Khebir se exhibisse o heroismo lusitano ou que, ao contrario, a poltroneria portugueza ahi se patenteasse. Mas o que ainda hoje interessa (dos interesses profundos da vida, não dos vãos interesses da sabedoria) é o que, por debaixo das formulas, esse heroismo tradicional ou essa eventual poltroneria representavam e continham.

Sob o mytho, sobre os mythos, apezar da ficção e por intermedio das ficções, a realidade condizia?

---

## VI

### REALIDADE

Parece que, como hoje, ao paiz, Encoberto colectivo, uma densa nuvem de hypocrisia, de contorno a verdades e a ficções, a mythos e a positivities, dominadora e vasta, adensando-se e especificando-se na medida do transcurso historico, por então se sobrepunha e se impunha.

Para que o julguemos, convem-nos tal qual vista de conjuncto; e quiçá inteiramente erroneo não seria que nos subordinassemos, tanto quanto, em semelhante proposito pondo os olhos, sob a disciplina de um conceito pessimista, á laia d'aquella concepção materialista da historia, que ao seu promotor Karl Marx mereceu o apodo de que possuia um talento antipathico: o de vêr certo e seguro nos lados maus da natureza humana e da humana sociedade.

Recapitulando ao de leve, perfunctoria e rapidamente, no ambito do relance e dentro do angulo suc-



Note  
cinto do momento, entender-se-hia o desenvolvimento historico portuguez como o de uma nacionalidade que, desde o final da primeira dynastia até á idade-moderna, não teve uma base economica racional e que, refugando o trabalho, viveu parasitariamente, d'esses traficos intermediarios monopolistas onde Carey topou com a essencia analytica de que brotariam os principios da sciencia social, em restricto typo aliás concebida.

Este condicionalismo economico contribuiria a formar um caracter moral generico, de população, egoista e duro, invejoso e desconfiado, prepotente e hostil; e o fanatico intolerantismo da superstição reinante encontraria assim um poderoso contraforte on interesse material.

Como que aterrado da ferocidade religiosa da gente portugueza, o dr. Geddes, em seus *Miscellaneous Tracts*, pondera que essa ferocidade era exclusiva do capitulo religioso, de modo que a mesma população que tam insensivel e cruel se mostrava nos autos-de-fé patenteava-se misericordiosa e compadecida nas execuções dos criminosos de direito commum.

Mas será procedente a observação?

Basta considerar-se a mesma população em seus divertimentos, despreocupada e foliona. Ora, o espectáculo nacional era, como é sabido, o das corridas de touros. Resistia-se capciosamente, mesmo, ás prohibições que de fóra nos vinham.

Quem nos prohibiu as corridas de touros foi o papa Pio v; quem as tornou a permittir foi seu successor

Gregorio XIII, a instancias do desejado e representa-  
tivo rei Dom Sebastião, mas com duas condições res-  
trictivas. Porém de fóra, a imitação melhormente se  
acceitou, na obliteração da nacionalidade, com o per-  
rexil da importação de ferocidade então mais requin-  
tada.

Assim, ao depois, *no governo de Castella se faci-*  
*litou a barbaridade ao estado que vemos, devendo ser*  
*desterrada do Mundo para sempre.* D'est'arte, em  
1735, na sua *Historia sebastica*, escrevia o benedicti-  
no cisterciense, fr. Manoel dos Santos.

Chegou, afervorando-se na estima das gentes do  
norte, até os nossos dias o espectáculo por esse bene-  
dictino cisterciense repudiado. Ainda no seculo XIX  
se não realisou o anhelado do professo do mosteiro de  
Alcobaça no seculo XVIII. Ainda o homem busca o di-  
vertimento proprio no soffrimento alheio. Ainda en-  
contra prazer em inflingir a dôr. Ainda se não enver-  
gonha de abusar da intelligencia na tortura da estu-  
pidez. Ainda não reconhece a solidariedade da vida,  
e não reputa impio o escarnecer da innocencia do  
animal. Essa ferocidade conservada nos costumes, é  
um estigma. Com outros indices, cumpre entendel-a.

E, entendendo-a, porventura se desconte na atte-  
nuante amavelmente suggerida pelo dr. Geddes. Im-  
porta considerar que a commiserção pelos justicados  
não inclina os espiritos á congeminção da possibili-  
dade da minoração dos supplicios. E, todavia, a re-  
formação moral ahi tambem lentamente se opera.

De modo que na propria feroz Hespanha, do passa-

do seculo xviii, é onde (em Madrid) se publicava, em 1770, um tractado, escripto por Alfonso Maria de Acevedo, sob fórma de dissertação, sobre o extermínio do tormento: *De reorum absolute objecta crimina negantium apud equuleum, ac de hujus uso eliminando, præsertim ab ecclesiasticis tribunalibus, Exercitatio.*

O que moveu D. Alfonso Maria de Acevedo a escrever a sua dissertação, dil-o elle logo, com eloquencia: « Tomei intrepidamente a penna, não impulsionado nem pelas honras nem pelo desejo da fama, mas persuadido que coisa humana seja *miseris auxilium præstare.* »

Na mesma Madrid, em 1778, a reacção, que é sempre inevitavel contra as ideias altas e generosas, manifestou-se, a proposito. E appareceu, redigida por D. Pedro de Castro, uma *Defensa de la tortura y leyes patrias que la establecieron: e impugnacion del tratado que escribio contra ella el doctor D. Alfonso Maria de Acevedo.* A censura approvativa do « illustre collegio dos advogados de Madrid » tem a data de 6 de Junho de 1776; e, n'esse diploma, aquelles *ilustres abogados* ponderam que condemnar a tortura parece que *en suma es contradecir el establecimiento del Santo Officio y su practica que la aprueba y ejerce.*

Dada esta cadeia de fuzis, a barbaridade dos procedimentos ecclesiasticos teria de reflectir-se na vida familiar, e na disciplina inflingida á meninice reverteria, pela educação em aulas, sem discrepancia, de tom caracteristicamente religioso e ecclesiastico mesmo. As-

sim foi. Do processo educativo pela ferula jesuitica attesta, em *Luix Lambert*, o insuspeito Balzac.

O bestial uso da palmatoria para corrigir, de faltas leves, escravos e estudantelhos vem, não obstante, de remotos tempos, como nol-o embuem as passagens dos poetas romanos Juvenal e Horacio, por exemplo. Mas conservou-se nos costumes portuguezes com uma fixidez de persistencia que desmente a tam apregoada brandura d'esses costumes.

O habito sahe aliás, para nós, de epochas santas, cujo exemplo nos deve servir de modelo e que nunca se nos perdeu, com effeito, inteiramente de vista, pois ciosamente temos conservado no regimen da eschola primaria a palmatoria, como sceptro da nossa sciencia e tropheu da nossa bondade. Irrisoriamente, de maus, lhe damos um nôme de carinho: *a menina dos cinco olhos*.

Em França, a palmatoria foi abolida no fim do passado seculo xviii, sob o influxo das idéas civilisadoras da epocha. Na Belgica substituiu-a o açoute, mas este encontra-se tambem prohibido de mais de cincoenta annos a esta parte. Em Portugal ainda só ha pouquissimo lapso é que o fallecido Ferreira de Almeida, em sua passagem pela pasta dos negocios da marinha, supprimiu o uso do *santo lenho* para os grumetes, na nossa armada, maçon aborrido de milagres.

Escholas existem sempre por esse paiz afóra que são casas de tormentos; e as creanças vão, em regra, para as aulas como condemnados marcham para o patibulo.

Sem embargo, o effeito educativo da palmatoria é mais do que contestavel. Eu sou do tempo em que a ferula dispensava nos mestres attenção e escrupulo; a disciplina dos discipulos conquistava-se fazendo espirrar-lhes o sangue das mãos. Consoante um pedagogista francez, poderia dizer que, por mais de uma feita, em nossa creancice, vi ou julguei vêr jorrarem, sob a violencia do choque da palmatoria, milhões de faiscas electricas; mas jámais essas luzes repentinas esclareceram, na mente dos suppliciados da classe, a menor questão de grammatica ou de arithmetica. Tudo o que resultou d'esses castigos, mais severos do que justos, foi um odio implacavel contra os nossos mestres, odio de creança que, na mesma como o insigne pedagogista francez, me assusta quando, ao escrever estas linhas, lhe encontro vestigios no coração do homem feito.

Mas essa era a regra, absoluta então. E vinha de traz. Ninguem, com effeito, nos bons-tempos-que-lá-vão (felizmente, para que nunca voltem!), ninguem, n'esses tempos crueis, se eximia da severidade de uma punição deprimente. Assim, vimos já, em seu livro, o padre Pereira Bayão a contar-nos como, quando el-rei D. Sebastião, em sua meninice, vinha á aula de seu preceptor, no proprio paço, préviamente sobre a meza da licção se collocava, para o mestre e em aspero pro do alumno, uma palmatoria de marfim. A palmatoria entrara, em tal e tanta maneira na tradição dos regios alcaçares lusitanos que chegara a ser parte obrigada — quem o diria? — nos affaveis divertimentos.

Um dos interessantes volumes ultimos do snr. Alberto Pimentel relata-nos, em verdade, como na côrte do snr. D. Miguel este amavel principe se distinguia a mimosear com bolaria brava os seus parceiros de jôgo que perdiam.

A mesma compaixão da antiga sociedade portugueza para com os justicados de direito commum não passava, em transitorio episodio de momento, de extreme reflexo animal. O dr. Geddes illudia-se; essa sensibilidade pervertida, espectacular, apparecia, com identico degenerescente character, a dentro da mesma crueza da Inquisição iberica, nas suas ceremonias cultuaes dos autos-de-fé.

Para que o leitor tome directamente conta da situação, procure parte da nota (atrocissima) a pag. 300 do vol. II da traducção ingleza, de Samuel Chandler, da *Historia da Inquisição*, de Limborch. E coteje-a com o que segue.

Datado de 30 de Agosto de 1856, de Madrid mandou Joaquim Maldonado y Macanaz para as columnas da *Revista Peninsular*, de Lisboa, mui interessante artigo, intitulado *Um auto de fé*; é o de 30 de Junho de 1680.

Seria obra, passante, das quatro da tarde quando acabaram de lêr-se as sentenças; e, emquanto os relaxados em carne eram entregues ao corregedor e conduzidos para o braseiro, os demais penitenciados fizeram as abjurações que lhes correspondiam. Dirigiu-lhes o inquisidor geral as perguntas do estylo, rezou os exorcismos e orações costumadas, salvaram os

soldados da fé e accenderam as velas os reconciliados. Disse-se depois uma larga missa, concluida a qual Suas Magestades volveram a palacio, por coisa das nove e meia da noite, e os reus fôram conduzidos ao carcere da côrte.

Pero aun no habia terminado la jornada. El pueblo sabia bien que faltaba la parte mas interessante, y por eso se precipitaba hácia las alturas del norte de Madrid, donde le esperaba un nuevo y terrible espectáculo.

En efecto, prevenidos los jueces seculares por el santo tribunal habian hecho preparar un gran brazero, en el que se contaban mas de veinte palos y argollas donde sugetar á los reos y darles garrote si mostraban arrepentirse. Ocupaba aquella lastimosa pira un espacio de sesenta pies en cuadro por siete de altura, coronaba el todo la *cruz blanca* y guardaban el brazero los *soldados de la fé*.

El concurso era inmenso; los frailes exhortaban á los reos y lograron que algunos de ellos, ya por verdadera conviccion, ya por esperanza de librarse del suplicio, ya por alcanzar una muerte menos penosa, se mostrasen arrepentidos y obtuvieran la conmutacion de la pena de hoguera en la de garrote. Con este motivo dice candidamente el cronista de estos sucesos: «Y verdaderamente, si se atiende á las señas exteriores, en que todos hicieron reparo, se puede discurrir muy bien de parte de la piedad; porque, con universal admiracion, se notó una diferencia tan grande entre los reducidos y los pertinaces como entre los escogidos y los réprobos. Estos iban con horrible calor en los semblantes, con los ojos turbados y casi brotando llamas, y toda la fisionomia de los rostros de tal suerte que parecian poseidos del demonio. Pero los conversos iban con tal humildad, consuelo, conformidad y espiritual alegria que parecia que casi se les traslucia la gracia de Dios. Puede asegurarse que ya están en el cielo, con las muchas oraciones y suffragios que los piadosos hicieron por sus almas.»

E' maravilhosa esta subita e inesperada concórdia entre a rude realidade e a magnanima idealidade concepional de Victor Hugo quando imaginou, n'um raptó de piedade suprema, a suprema audácia de fazer de Torquemada, no drama a que dá o protagonista e o título, um philanthropo, por caridade para com os condemnados ás penas eternas, de que os liberta mercê do sacrificio passageiro do supplicio do fogo, n'este miseravel mundo. Assim tambem, pelo menos aos reconciliados com a Igreja, do averno seus fieis os resgatam com seus suffragios e lhes proporcionam, de tal modo, o reino celestial.

Tam singular compaixão não constituia, porém, o canon; a regra moral deduzia-se, precisamente, da separação da nação em duas, a de antigos e a de modernos. De maneira que o tribunal da fé, o Santo Officio da Inquisição deixa de ser uma instituição popular e sympathica, para se transformar n'uma instituição impopular e antipathica, desde quando? Desde quando, deixando de ser uma lei de excepção, se transmuda n'uma lei geral. Isto é desde que Pombal faz adoptar o que decidira, do exterminio da distincção entre christãos-velhos e christãos-novos. Como, todavia, a Inquisição permanece, ella passa a constituir um perigo geral, pois que, para justificar a sua existencia, tem de castigar outras heresias do que a do judaismo, o qual não é corroboravel, desaparecida essa destrinça, graças á normalisação da prova testemunhal, equiparada.

Assim, desata a Inquisição a ferir christãos-velhos; começa a perseguir *exclusivamente religiosamente*;



busca dogmatistas e atheus ; sem a base do odio ethnico, ella é que se torna então odiosa. A repulsa geral fal-a invalida ; tanto quanto é possível para quem desfructa da acção sobre a liberdade alheia, chega o Santo-Officio a ser quasi irrisorio.

Offerece-nos uma (porém triste) comprovação dos assertos produzidos o desenlace da carreira espiritual do sabio mathematico, poeta, philosopho, José Anastacio da Cunha, accusado perante a Inquisição como livre-pensador, como tal condemnado e sentenciado.

O accordão da Meza do Conselho Geral do Santo-Officio, em Lisboa, tem a data de 6 de Outubro de 1778 ; e a execução d'esse accordão realisou-se em publico auto-de-fé, celebrado na sala do palacio da Inquisição no dia 11 do dito mez, a que assistiu o Cardeal da Cunha, então inquisidor geral, e n'elle fôram intimadas a todos os penitenciados as respectivas sentenças.

José Anastacio da Cunha era lente de mathematicas na Universidade de Coimbra ; e, como á data da sua nomeação, pelo marquez de Pombal, fôsse tenente do regimento de artilheria do Porto, então aquartellado em Valença, pediu e obteve permissão regia para usar do respectivo uniforme durante o exercicio do magisterio. Seu civilismo militarista era já de molde a indispôr.

Denunciaram-o, de resto, como lendo livros prohibidos e como professando « idéas modernas » ; foi preso e os processos correram com tal brevidade, não só para elle como para com os seus co-réos, que dentro

em pouco tudo estava concluído, e os presos sentenciados, contrastando esta presteza extrema com o vagar e demora habituaes com que a Inquisição costumava expedir os seus negocios. Remettidos de Coimbra para Lisboa os autos, e mais papeis, e transferido juntamente para os carceres do Rocio José Anastacio da Cunha e todos os outros que com elle existiam presos, por participarem de culpas semelhantes, assentou-se finalmente no castigo que cumpria applicar a este malfeitor, vergonha e deshonra da patria.

Nos nossos dias, em 1874, Camillo Castello Branco logrou ensejo de dar á estampa uma poesia inedita de José Anastacio da Cunha, em replica a outra depreciativa e injuriosa contra elle. A proposito, Innocencio Francisco da Silva mandou-lhe *uma noticia assás circumstanciada e divertida do auto-da-fé, em que sahiram penitenciados o mallogrado professor da universidade e seus companheiros*. Camillo Castello Branco incluiu-a ahi onde inserira a poesia de José Anastacio.

Favorecendo com a notoriedade, em sua collecção das *Noites de insomnia*, o papel que, por copia, lhe enviara o seu «benevolente mestre e amigo», Innocencio Francisco da Silva, deu ao artigo respectivo Camillo Castello Branco o titulo de *Auto de fé . . . a rir*. Acquiescera, pois, á suggestão de Innocencio.

De feito, provoca o riso a graciosa narrativa que poz trasladada; mas o auto-da-fé em que sahio penitenciado José Anastacio da Cunha coisa arredia estava de ser irrisoria e jocosa.

Já se não falla nas severas penas inflingidas ao egregio mathematico e a seus consortes. D'outro aspecto d'esse auto-da-fé, porém, se falle.

Interessantissima obra é a intitulada *Sketches of Society, and manners in Portugal, in a series of letters from Arthur William-Costigan to his brother in London*. Não a tenho agora a geito, e só sim a mutilada versão franceza, *Lettres sur le gouvernement, les mœurs et les usages en Portugal*. Para o lance, porém, marcado nas linhas antecedentes serve.

A passagem a aproveitar foi abreviadamente vertida e resumida por Manoel Bernardes Branco no primeiro volume de *Portugal e os estrangeiros*. Mas ao texto de Manoel Bernardes Branco cumpriria intercalar-lhe capital omissão, pelo confronto com o texto francez. E' quando conta seu caso um cavalleiro da Ordem de Christo.

E esse caso destaca tremendo pela arbitrariedade. Ora, do texto se deprehende que se está fallando d'esse mesmo auto-da-fé em que sahiu penitenciado José Anastacio da Cunha; elle se reporta do fallecimento do monarcha pombalino.

E el-rei D. José falleceu, especifica o miudo Luz Soriano, «aos vinte e tres minutos depois da meia noite do dia 23 de fevereiro de 1777, e portanto já na madrugada do seguinte dia, que era uma segunda-feira, 24 do dito mez.» O auto-de-fé onde sahiu penitenciado José Anastacio da Cunha celebrou-se a 11 de Outubro de 1778. A carta de Arthur William-Costigan é a xxxii; foi datada em Lisboa, 1779.

## VII

### DECADENCIA E PROGRESSO

A contradicção é a pedra-de-toque do erro. Irremissível desde que uma affirmativa contenha implicitamente a propria negação, pelo contraste d'um lemma mais generico que no asserto expendido a comprehenda.

Assim, aquelles que, aliás com luzimento, inquiram das causas da decadencia dos povos peninsulares, conferindo ao vocabulo *decadencia* uma amplitude absoluta, não reparam em que, partidarios da theoria do progresso geral, concomitantemente se contradizem. Desattendem a que, pertencendo esses povos á porção da humanidade civilisada progressiva, haveriam de seguir incluídos no movimento commum.

O motivo do extravio consiste em dar uma extensão indevida, tornando-o *geral*, a um phenomeno real mas *particular*. O que decahe, com effeito, nas nações peninsulares é o Estado *politico*, em sua corre-

lacionação *internacional*; mas simultaneamente progride o estado *social*, na equalisação crescente da dignidade jurídica das classes, e progride o estado *moral* geral, na suavisação dos costumes e na melhoria irrefragavel dos sentimentos pessoaes. Ha, pois, um duplo phenomeno ahi onde os criticos viram, aliás, tão só, um unico. A par da decadencia do poderio politico, ha o progresso da sociabilidade. A nação retrograda na prevalencia internacional; o paiz avança na dignificação popular. Existe, assim, a par com o progresso decadencia; mas a par com a decadencia progresso existe. E nos dominios affectivos e effectivos, nas zonas interiores e superiores. Portanto, a conclusão vasta e ultima, geral e suprema, é que, atravez da decadencia *accidental*, se realisou progresso *essencial*. E, pois, resulta ainda que o problema em litigio não tinha solução, por isso que não chegava a existir, no ambito acanhado em que o collocavam.

Reduzido ás suas proporções naturaes, elle torna-se então intelligivel, nitido, claro; e, pelo que concerne a Portugal, os episodios da historia narrativa o explicam logo de per si. Portugal decahe, não porque se corrompa, não porque seja fanatico e ignorante, não porque possua a Inquisição e porque os jesuitas contenha, mas... pela insufficiente densidade da sua população, na concorrência mundial, logo que esta se produz. Seu poderio emergira d'onde? Da facil, em regra (difficil, aliás, ás vezes) dominação de povos dominaveis, por inferiores na resistencia physica pessoal, conforme negros e indianos. Assim constituirá